

# CADERNO DE FORMAÇÃO:

## Saúde no Trabalho em Educação



CADERNO DE FORMAÇÃO:  
SAÚDE NO TRABALHO EM  
EDUCAÇÃO

**Presidente da República**  
Michel Temer

**Ministro do Trabalho**  
Caio Luiz Vieira de Mello

**Fundacentro**

**Presidente**  
Leonice Alves da Paz

**Diretor Executivo Substituto**  
Allan David Soares

**Diretor Técnico**  
Robson Spinelli Gomes

**Diretor de Administração e Finanças**  
Ricardo Felix

### **Organizadores**

Cristiana Mara Bonaldi  
Cristiane Bremenkamp Cruz  
José Agostinho Correia Junior

### **Coordenadoras**

Liliane Graça Santana  
Maria Angela Pizzani Cruz

# CADERNO DE FORMAÇÃO: SAÚDE NO TRABALHO EM EDUCAÇÃO

São Paulo

MINISTÉRIO  
DO TRABALHO



FUNDACENTRO  
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO  
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

2018

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.  
Disponível também em: [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Serviço de Documentação e Biblioteca – SDB / Fundacentro  
São Paulo – SP  
Sergio Roberto Cosmano CRB-8/7458

Caderno de formação: saúde no trabalho em educação [texto] /  
organização, Cristina Mara Bonaldi, Cristiane Bremenkamp  
Cruz, José Agostinho Correia Junior ; coordenação, Liliane Graça  
Santana, Maria Angela Pizzani Cruz. - São Paulo : Fundacentro,  
2018.  
129 p. : il.

Participação da (Fundacentro), (Cerest/ES), Ufes (Nepesp/Pfist),  
(Cosate), (MP/ES), (Sindiupes), (CME/Serra), Divisão de Medicina e  
Segurança do Trabalho da Prefeitura de Serra, profissionais, escolas  
municipais e órgãos vinculados à Secretaria Educação de Serra/ES.  
ISBN 978-85-92984-23-6

1. Higiene Ocupacional. 2. Locais de Trabalho. 3. Formação Profissional. I. Bonaldi, Cristina Mara (org.). II. Cruz, Cristina Bremenkamp (org.). III. Correia Junior, José Agostinho (org.). IV. Santana, Liliane Graça (coord.). V. Cruz, Maria Angela Pizzani (coord.). VI. Título.

CIS Ah Hb Phov

CDU 331.45:331.4:377

CIS – Classificação do “Centro Internacional d’Informacion de Sécurité et d’Hygiene du Travail”  
CDU - Classificação Decimal Universal

**Editora-chefe:** GlauCIA Fernandes  
**Preparação de original:** Karina Penariol Sanches  
**Revisão de textos:** Alina da Silva Bonella/BR75 | Clarisse Cintra  
**Projeto gráfico e miolo:** M&W Comunicação Integrada  
**Capa:** Luciano Feijão

# SUMÁRIO

**Apresentação de um caderno por vir 9**

**Entrada “Conversas preliminares” 15**

**Entrada “Produção de saúde” 31**

**Entrada “Luta dos trabalhadores” 49**

**Entrada “Formação” 67**

**Entrada “Redes” 81**

**Entrada “Vigilância em saúde” 95**

**Entrada “Uma experiência” 109**



# PREFÁCIO

---

O *Caderno de formação: saúde no trabalho em educação* destina-se à formação de profissionais membros de Comissões de Saúde de Trabalhadores em Educação. É fruto da ação conjunta da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo (Cerest/ES) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividades e Políticas/Programa de Formação e Investigação em Saúde do Trabalho/Ufes (Nepesp/Pfist), como parte dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum pró-Comissões de Saúde dos Trabalhadores da Educação (Cosate) constituído ainda pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP/ES), pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), pelo Conselho Municipal de Educação de Serra (CME/Serra), pela Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho da Prefeitura de Serra e por profissionais de escolas municipais e de outros órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Serra no Estado do Espírito Santo.

Temos apresentadas aqui as referências para subsidiar a discussão e a implementação de ações voltadas para a promoção da saúde no trabalho em educação. São aprofundados diversos fatores de risco neste tipo de atividade, os quais contribuem para os elevados índices de adoecimento e absenteísmo entre os profissionais que atuam nas escolas. Pretendemos, por meio da criação de Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosates), que se constituem como comissões em local de trabalho, estimular a ampla produção de estratégias de enfrentamento aos riscos no trabalho na área da Educação, bem como a potencialização de práticas produtoras de saúde entre seus profissionais.





# APRESENTAÇÃO DE UM CADERNO POR VIR

---

Cristiana Mara Bonaldi  
Cristiane Bremekamp Cruz  
José Agostinho Correia Junior

Olá, companheiros! É com muita alegria que compartilhamos a tessitura dos textos que compõem este caderno de formação. Produzir um material coletivizado que pudesse dialogar com os diferentes modos de existir em ambientes de trabalho foi uma tarefa árdua, porém, gratificante. Exigiu de nós exercício de problematização da realidade estabelecida e apostas na produção de novos mundos. Essa direção de trabalho nos convoca a um posicionamento crítico diante do que pesquisamos, escrevemos, experienciamos.

Uma de nossas apostas foi afirmar o trabalhador na educação como sujeito ativo que luta contra os processos de adoecimento nos ambientes laborais. Esses micromovimentos emergem no cotidiano, na medida em que constituímos espaços propícios de discussão sobre os processos de trabalho coletivamente. Trata-se de produzir outras relações com os companheiros e com os espaços onde estamos inseridos e exercitamos nossos trabalhos.

Participamos, desde 2012, da experiência sustentada por diferentes instituições, entidades e representantes civis na construção de fórum de discussão sobre a relação entre saúde e trabalho no ambiente escolar. A luta dos diferentes atores envolvidos nesse fórum tem se pautado na direção de coletivizar análises, saberes e fazeres que permeiam nossos dias.

Esses encontros têm ajudado a constituir o que chamamos de Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosates) nas escolas. As Cosates emergiram de uma aposta na produção de espaços cogestivos de

avaliação do trabalho, tendo como diretriz subsidiar o compartilhamento, a circulação de afetos e palavras em torno do tema saúde do trabalhador.

É importante ressaltar que dar publicidade aos textos que compõem este caderno não pretende tornar as Cosates um modelo a ser implementado, tampouco apostamos que esta seja a única maneira de organizar espaços cogestivos de produção de saúde. As Cosates são o dispositivo que experimentamos, apostando que outros podem ser inventados a depender dos trabalhadores envolvidos em contextos singulares.

A leitura dos textos que compõem este caderno acompanha a construção do fórum sustentado – desde 2012 – a implementação das Cosates, suas potências, seus desafios, seus impasses e seus desdobramentos ainda em curso. O objetivo é dar visibilidade ao trabalho que não está prescrito, mas que é realizado cotidianamente, além de viabilizar espaços de trocas entre os profissionais da educação.

Vale ainda afirmar que nossa aposta com este caderno de formação se orienta por uma análise micropolítica de acompanhamento dos processos em curso, o que significa dizer que pretendemos incluir uma abordagem das relações de força que constituem subjetividades e modos de viver mais potencializadores. Apostamos na análise dos processos de trabalho e no compartilhamento de estratégias de ação como formas genuínas de fazer frente à massificação, sujeição e despotencialização da vida coletiva.

Dessa maneira, todo o esforço dos textos que compõem este caderno se orienta na direção de acompanhar mapas coletivos e moventes de produção de mundos. A princípio, afirmamos que há diversas maneiras de ler esses textos: você poderá fazer uma leitura linear, sequenciada de capítulo a capítulo, ou, então, poderá distraidamente experimentar uma leitura lacunar, fragmentária, iniciando em algum ponto do caderno que lhe convoque aproximação, rastreio e presença.

De um modo ou de outro, convidamos os leitores a adensar uma disponibilidade temporal que faça ressoar a leitura. Para além de uma prática burocrática, esperamos que a leitura destes textos faça sentido e ajude a trazer benefícios aos trabalhadores da educação.

A pretensão de orientar a leitura deste caderno de formação é, portanto, secundarizada. Se este funciona como um emaranhado de linhas que se conectam de infinitas maneiras, caberá então a cada leitor encontrar as direções que lhe convier seguir. O convite está feito! A curiosidade pelo que convoca algum desarranjo em nós é uma pista-chave de leitura. Que todos vocês possam encontrá-la!

Vale ainda dizer que os companheiros que produziram os capítulos deste caderno de formação se empenharam em traduzir as lutas de cada dia em um material inteligível, porém não imutável. Como um mapa móvel, estes textos podem ser desmontados e remontados, pois apresentam diversas aberturas. Consideramos que as atividades mais cotidianas, aparentemente banais e sussurradas no dia a dia, são práticas formativas que apontam para o inacabamento de nós mesmos.

Afirmamos ainda que a política do conhecimento com a qual nos conjugamos é pautada na inventividade e na construção de novos sentidos e práticas na tessitura do viver. Esperamos que este caderno de textos como dispositivo possa ser útil e trazer à mão algumas pistas para subsidiar análises e reposicionamentos que deem força aos trabalhadores da educação.

Na tessitura dos capítulos a seguir, uma das linguagens utilizadas por nós é a “linguagem box”. Trata-se de pequenas caixas de diálogo contendo aprofundamento de alguns termos e conceitos utilizados ao longo dos textos, de sugestão de leituras e propostas de acoplamento com alguns vídeos.

No box “Para saber mais”, propomos aprofundar alguns termos e conceitos utilizados ao longo do caderno, para evitar um tecnicismo exagerado de nossa produção. É uma maneira didática de explicitarmos, brevemente, o que pretendemos dizer com algumas expressões com as quais talvez alguns leitores não estejam familiarizados.

Já no box “Para ler mais”, recomendamos algumas bibliografias acerca do tema discutido. A ideia é acrescentar mais linhas de discussão às leituras que vocês já fazem cotidianamente.

A partir de agora, destacaremos as diferentes “entradas” dos textos que compõem este caderno com um breve resumo dos temas abordados. A proposta de substituir a ideia tradicional de “capítulos” por diferentes “entradas” surgiu como uma maneira de viabilizar uma montagem não sequencial, que aponte para o arranjo processual e em rede no qual apostamos.

Na entrada “Conversas preliminares”, as autoras convidam os leitores a problematizar a área da educação no sentido de produzir perguntas capazes de convocar o leitor a pensar o campo de saúde do trabalhador. Trata-se de um convite à produção de problemas e de uma política. Um convite à produção de alianças e à revisitação de ferramentas já existentes para iniciarmos a tarefa...

A entrada “Produção de saúde” nos apresenta o desafio de olhar para o trabalho como atividade. E, assim, como algo sempre em transformação. Convoca-nos a pensar a gestão do trabalho como produção de saúde, como invenção de formas de trabalho capazes de produzir aumento da potência de agir dos trabalhadores.

“Luta dos trabalhadores” trata da história dos movimentos sindicais e das lutas organizadas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Trata ainda dos modelos de assistência à saúde dos trabalhadores no Sistema Único de Saúde (Sus).

“Formação” problematiza a polissemia de sentidos em torno dos processos formativos. Para além da capacitação, este capítulo traz consigo uma aposta na formação como processo, como experimentação, como invenção. Refere-se, nesse sentido, aos diferentes modos de tecer múltiplas formas de existir.

Na entrada “Redes”, os autores tratam de maneira crítica o tema comunicação. Assim, pensam as conexões feitas na escola e para fora dela; afirmam as redes entre profissionais da educação, estudantes, familiares, comunidade, outros serviços... Rede tão fundamental para o funcionamento da escola de modo mais coletivo.

Na entrada “Vigilância em saúde”, os autores discorrem sobre o tema da vigilância em saúde do trabalhador a partir de um processo de

observação, registro, coleta, análise e previsão dos fatores relacionados com o processo saúde-doença. Afirmam uma forma de cuidado a ser experimentada com as coletividades.

A entrada “Uma experiência” conta com muitos autores que fizeram parte desta caminhada, constituindo-se como a narrativa de uma experiência, a da Cosate no município de Serra/ES. Trata-se de um texto que acompanha como esta experiência foi tomando corpo e seus desdobramentos ainda em curso.

Por fim, gostaríamos de destacar que este caderno de formação é um produto inacabado. Ao ser encontrado, ele se tornará vivo. Como um produto em construção, pode ir ganhando novos contornos conforme vocês, leitores, nos sinalizem novos sentidos, novas vias possíveis de conexão e proliferação. Essa é a aposta que gostaríamos de compartilhar nos textos a seguir.





# ENTRADA “CONVERSAS PRELIMINARES”

Jaddh Yasmin Malta Cardoso  
Janaína Mariano César  
Maria Elizabeth Barros de Barros



# CONVERSAS PRELIMINARES: SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PENSAR UMA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO

## 1 Abordando novos problemas na educação: quando o pensamento dá cambalhotas

### Que outras questões cabem na educação?

A pergunta pode até parecer estranha, mas traduz bem o convite deste texto: trazer outras questões para o campo educacional. Será que é possível para nós, juntos, cons-

truímos novos problemas na educação, ao ponto de dar uma cambalhota em nosso pensamento? Convidamos o leitor a isto: inventar novas perguntas que tremam as ideias que se têm sobre educação, qual tremor de terra capaz de abalar as nossas certezas, fazendo da educação um campo problemático.

O “problemático” fala de uma área em que vamos abrindo fissuras, aberturas, incompletudes, pois a educação está permanentemente em construção! Não é campo pronto e acabado. É campo aberto e problemático, cheio de questões que podem trazer mudanças. Aqui, neste texto, cuidaremos de plantar uma questão e nosso anseio é que esta

dispare outras perguntas. Problematizamos então: É possível uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação? É importante... e, por que não dizer, necessário falar de saúde no trabalho? Discutir o trabalho na educação?

Convidamos o leitor a participar da construção desse problema, a se perguntar conosco sobre a constituição de uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação. Sabemos, no entanto, que o convite merece uma conversa preliminar para movimentar nosso pensamento: diálogos que ajudem a colocar a questão da saúde e do trabalho no campo educacional. Por isso nosso caminho neste texto vai passar:

1 – pela urgência de pensarmos a saúde e os processos de adoecimento que habitam o cotidiano de trabalho no campo educacional;

2 – pelas investidas de um grupo de pesquisa e de formação no Espírito Santo em intervenções na saúde do trabalhador na educação;

3 – pelos recursos e ferramentas já existentes que podem contribuir na construção de vias de fortalecimento da saúde no trabalho.

## 2 O que se passa na saúde do trabalhador na educação?

Quando olhamos para nossa educação pública brasileira, o que vemos? Há certamente muitos enfrentamentos cotidianos sendo travados; trabalhadores/as que todos os dias dispõem suas vidas, seus saberes, seus maiores esforços para fazer educação. E sabemos que há também nisso muitos desafios. Mas, quais são aqueles que tocam a saúde do trabalhador na educação? Diremos alguns dos desafios e o leitor pode continuar a pensar naqueles outros que também o convocam em seu fazer-educação.

- a) equipamentos e instalações precários e inoperantes;
- b) número de escolas insuficiente para atender à demanda da população;
- c) quadro restrito de professores/as e demais trabalhadores/as da educação;
- d) desqualificação do trabalho dos/das docentes;
- e) achatamento salarial;
- f) precarização das condições em que se trabalha.

Esses desafios traduzem o quanto a ótica empresarial e seu discurso gerencial passaram a imperar na escola pública nas últimas décadas. De que modo? Valorizando as formas de gerenciamento escolar que, por vezes, estão articuladas com o que podemos chamar de “racionalização” do trabalho. Essa tal “racionalização” fala do modo de organizar o trabalho. No início do século XX, vimos nascer uma organização que pensa o trabalho a partir de certa razão científica. Esse modelo de uma investigação científica do trabalho ficou conhecido como Taylorismo e pretendia especificamente esquadrihar e otimizar o trabalho.

Na educação, essa racionalidade se expressa nas práticas de gestão autoritárias, verticalizadas, hierarquizadas, que não afirmam o protagonismo

de trabalhadores/as que atuam no campo educacional, acarretando efeitos nas relações de trabalho na escola e, conseqüentemente, entre o trabalho e a saúde.

Este quadro que estamos montando das mudanças no modo de organizar e pensar o trabalhar nas sociedades em que vivemos hoje parece estar se agravando, pois os estudos que analisam o processo de trabalho nas escolas sinalizam para um mal-estar: sentimentos de apatia e impotência, esgotamento profissional (*burnout*), depressão e fadiga no trabalho. Esse mal-estar tem se manifestado em profissionais que não apresentavam histórias de adoecimento anteriores, o que sinaliza que a situação de trabalho é um vetor importante na constituição desse quadro, seja como produtor, seja como intensificador do adoecimento nas escolas.

Teria esse quadro de questões, então, alguma relação com o crescente número de atestados e licenças médicas entre profissionais da educação em tantos lugares do Brasil? Em Alagoas, Sergipe, por exemplo, a categoria dos professores representou 45% do total dos afastamentos de servidores públicos estaduais em 2009. Nesses afastamentos, chama atenção a prevalência dos transtornos mentais e comportamentais entre os professores, isto é, uma condição de sofrimento adoecedor, como em Belo Horizonte e em Ipatinga, cidades mineiras.

Vale considerar que o adoecimento dos professores no exercício de sua profissão não é notícia apenas das últimas décadas, com a expansão das políticas públicas de educação. Na segunda metade do século XIX, já era possível encontrar documentos que mostram professores, inclusive de terras capixabas, solicitando afastamento e/ou abandono das escolas às quais estavam vinculados, por situações de trabalho que colocavam a saúde em risco. Isso implica avaliar as condições históricas de adoecimento no trabalho docente.

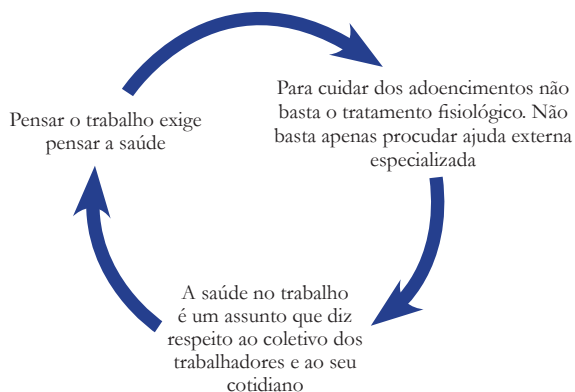
## Para ler mais!

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

SIMÕES, R. H. S.; SALIM, M. A. A.; TAVARES, J. X. Formas de adoecimento de professores capixabas no século XIX: diálogos com o passado no presente. In: BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; MARGOTO, L. (Org.). *Trabalho e saúde do professor: cartografias no percurso*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Como vimos, muitos são os fatores – condições físicas de trabalho, modos de gerenciamento e gestão do trabalho, aspectos financeiros e relacionais – que falam da saúde e do adoecimento na educação. Investigando esses fatores, destacam-se algumas fontes de tensão e adoecimento relacionadas com as condições de trabalho dos profissionais da educação, em especial, o professorado, como o ritmo intenso de trabalho, o número excessivo de alunos e a política de gestão da educação verticalizada e autoritária.

Olhando para tudo isso, podemos, então, aguçar nosso pensamento e fazer novas perguntas na educação. Abrir obras neste campo em construção. Desse modo, um bom problema começa a surgir:



O problema associado à saúde em trabalho em educação dispara outros, por exemplo: como tocar no modo como o trabalho é organizado e gerido? Trabalho como fonte de saúde e adoecimento. É diante disso que parecem tão importantes as intervenções no campo das políticas públicas e não somente ações que diminuam os sintomas apresentados pelos trabalhadores. É preciso pensar no que move nossos problemas e não apenas encontrar remédios paliativos para eles. Por isso nosso convite: discutir uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação que opere envolvendo a todos, em toda a rede educacional, e não de maneira burocrática e desintegrada. Mas, afinal, o que afirma uma política pública? Afirma que é construção coletiva de um conjunto de princípios e diretrizes que se traduz em ações nas práticas em educação. Como? Na troca de saberes, no diálogo e na lateralização dos processos de trabalho, ou seja, na prática de se pôr lado a lado com o outro, questionando os autoritarismos. Ações políticas que sejam capazes de transformar certos modos de trabalhar e constituir redes na educação.

### **3 Afinal, o que pode uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação?**

As discussões que envolvem uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação não devem focar apenas o adoecimento provocado pelas situações de trabalho adversas à saúde, embora seja também uma preocupação importante. É preciso, principalmente, apreender os movimentos que os trabalhadores fazem não só para suportar as adversidades, mas também sentir prazer no trabalho. O prazer brota do sentir-se vivo, enfrentando os obstáculos, criando saídas, estranhando o que adocece, ao se colocar a caminho de novos jeitos de fazer a vida.

Por isso, em contraponto aos estudos que privilegiam os processos de adoecimento na escola, é muito importante também analisar as estratégias, os enfrentamentos diários dos/das trabalhadores/as tecidos nos conflitos e tensões do cotidiano, que afirmam a força da vida nas suas diferentes dimensões. Privilegiar, então, movimentos de luta con-

tra a insatisfação, a indignidade e a desqualificação decorrentes da organização do trabalho que terminam por contribuir, em certa medida, para reorganizá-lo.

### **Veja mais sobre esse tema na entrada**

#### **“Uma experiência”**

Experiência Cosate: as pegadas frescas de uma caminhada.

Não podemos perder de vista que a discussão sobre saúde no contexto educacional é recente e uma efetiva política de saúde neste campo começa a se constituir. Se buscarmos na história das lutas de trabalhadores, nessas e em outras áreas de atuação, teremos a chance de recolher muitos pontos de discussão e ações interessantes já em curso.

Um ponto interessante é que, olhando para os processos históricos, vemos uma mudança importante: a saúde, que, inicialmente, era pensada e cuidada somente por especialistas, vai cada vez mais exigindo a inclusão dos trabalhadores, que são aqueles que, de fato, podem melhor falar sobre o que vivem e como trabalham. Por isso um dos importantes recursos que a saúde do trabalhador foi conquistando é o método da Análise Coletiva do Trabalho (ACT), em que grupos de trabalhadores detalham o que os processos de trabalho cotidianos provocam e mobilizam, como o trabalhar é realizado (as tarefas, as tensões, os aprendizados, as dificuldades, o que traz satisfação etc.).

Sem dúvida, esse método afirma uma importante direção para a educação: cabe aos trabalhadores analisar o trabalho que desenvolvem, dialogar e perceber o que faz sofrer e o que traz força, vigor e capacidade de agir. O que não se pode perder de vista é que o exercício do protagonismo se faz com diálogo, ampliação da comunicação entre todos e busca por saídas coletivas. O diálogo é uma dimensão da maior importância entre os humanos e é por meio dele que podemos criar novos modos de trabalhar e de entrar em relação com os outros. Não basta fazer diagnóstico de doenças ou considerar que não temos mais o

que fazer. Como uma ACT pode alcançar as reuniões de planejamento de professores, as reuniões de pais e diversos outros setores da comunidade, os conselhos de classe, os conselhos de escola, ou seja, os mais diversos espaços que já existem?

Encontramos também, na história das lutas por saúde, outros movimentos que existiam antes mesmo da constituição do sindicalismo no Brasil. Trata-se da Organização no Local de Trabalho (OLT), que é incorporada por sindicatos, depois da ditadura militar. A OLT se preocupava com as questões de segurança e de saúde no trabalho.

### **Veja mais sobre esse tema na entrada “Lutas dos trabalhadores”**

As organizações sindicais no contexto da revolução industrial e as lutas por melhores condições de trabalho.

Podemos dizer que esses movimentos colocam em pauta o quanto saúde e trabalho caminham juntos. No próximo ponto, veremos como o debate de uma Política de Atenção à Saúde no Trabalho vem se realizando a partir de contribuições de um Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (Pfist), da Universidade Federal do Espírito Santo, na relação com a educação pública feita em alguns municípios da Grande Vitória/ES.

## **4 E como anda a saúde no trabalho em educação?**

No Espírito Santo, nos últimos anos, pesquisas sobre a saúde no trabalho em educação foram realizadas por um grupo de pesquisadores (Pfist/Ufes), junto com trabalhadores/as da educação, dedicando-se a problematizar o trabalho, a saúde e a gestão no chão das escolas da Grande Vitória. Esses estudos foram iniciados na rede municipal de Vitória, entre 1998 e 2000, e na de Serra, entre 2006 e 2008. Indicam um aumento no adoecimento dos trabalhadores em espaços não de-



mocráticos, onde eles não têm muita vez, nem voz. A combinação de vários indicadores permitiu compreender um pouco mais os motivos pelos quais o número de licenças médicas aumenta substancialmente nos diferentes períodos analisados.

As pesquisas apontam para a Política Educacional, que se expressa, dentre outros aspectos, no modo como a organização e as condições de trabalho na escola se efetiva. Daí a importância de se investir nessa direção, que é o diálogo entre todos os que trabalham nas escolas. Esse modo de trabalhar em educação pode promover a saída dos trabalhadores/as da posição de vítimas de um processo que penaliza e faz sofrer para o exercício do protagonismo, que nos faz artesãos em nosso cotidiano na educação.

Assim, perguntamos: os docentes estão fadados ao adoecimento e ao abandono de seus postos de trabalho? O trabalho não se modifica? O que “move” os profissionais nas escolas a continuar trabalhando? Quais estratégias têm criado para escapar ao adoecimento e produzir saúde?

Mas, o que estamos chamando de saúde? Entendemos que saúde é assunto que diz respeito a todos, capazes que somos de falar sobre o que se passa em nós, e implica luta contra o que enfraquece e adocece. Assim, é da experiência dos trabalhadores das escolas que precisamos partir.

Como os trabalhadores da educação realizam sua atividade laboral? De que maneira se dão as relações saúde/doença nas escolas? De que modo isso tudo contribui para uma educação que afirma o diálogo e a atuação participativa de todos os seus atores?

As pesquisas e os encontros com as escolas nesses anos indicam a importância de:

- a) mapear o quadro de adoecimento em escolas da Grande Vitória/ES;
- b) escutar e compartilhar as histórias do cotidiano escolar narradas pelos trabalhadores;

- c) acompanhar o modo como esses trabalhadores enfrentam os desafios cotidianos;
- d) debater juntos os modos como as escolas funcionam e como se produz saúde nesse campo;
- e) construir, coletivamente, condições para uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação.

### Para saber mais...

Em 2010, o Pfist realizou uma pesquisa com 289 professores/as de 22 escolas municipais.

#### **Os resultados apontam que:**

- \*52,9% dos docentes têm má digestão;
- \*52,2% se sentem nervosos, tensos ou preocupados;
- \*51,6% se sentem cansados;
- \*42,9% têm dores de cabeça frequentes;
- \*42,2% dormem mal;
- \*39,1% se sentem tristes ultimamente;
- \*36,7% têm dificuldades para realizar com satisfação as atividades;
- \*32,2% têm chorado mais do que de costume.

#### **Quanto aos afastamentos:**

\* 63,7% de licenças médicas ocorreram em um período de seis meses.

Os motivos mais recorrentes: problemas vocais, estresse e depressão. De cada dois professores investigados, pelo menos um já havia se afastado das atividades de trabalho.

## 5 Como cuidar da saúde no trabalho em educação? Inventando alguns caminhos...

Diante dos processos de adoecimento investigados no Espírito Santo, era preciso inventar um jeito para modificar essa situação. Foi assim que surgiu a ideia de constituirmos comissões nos locais de trabalho, a escola, nesse caso, que pudessem provocar conversas sobre o cotidiano laboral. A essas comissões chamamos de Cosates, que significa Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação.

Lembramos que as comissões já compareciam na história dos movimentos de luta dos trabalhadores em geral, tanto como um método de Análise Coletiva do Trabalho como um modo de Organização no Local de Trabalho. As duas estratégias unidas.

Pensamos que essas comissões podem favorecer transformações do processo de trabalho nas unidades escolares, formando um grupo ampliado de investigação e debate em cada uma. Assim, o caminho – o método – seria o resultado de uma construção conjunta com aqueles que demandam uma transformação nas escolas. Nesse método, os profissionais se engajam nas atividades de análise de sua situação no ambiente laboral para que se libertem de modos habituais de pensar, se relacionar e efetivar suas atividades, sempre que esses modos não estejam mais favorecendo uma vida de mais saúde. Acreditamos que a análise dos processos de trabalho pode enriquecer os sentidos da atividade dos trabalhadores da educação, conforme já indicamos. É desse modo que podemos mudar o rumo do que acontece nas escolas: conversando, propondo mudanças, fortalecendo nossa potência criadora. Por meio de espaços de diálogo, podemos dar uma outra direção à gestão do trabalho em educação. Gestão coletiva do trabalho é caminho para produção de saúde.

Montar uma comissão não é simples. Por isso, para deslanchar o processo, instituímos um fórum – que é um espaço onde várias pessoas se reúnem para discutir questões comuns – visando a formar tais comissões. A estratégia do fórum é uma de muitas ações de diversos grupos e

sujeitos implicados na construção do campo da educação, para efetivar a construção das Cosates nas escolas dos municípios. A atuação das Cosates pode ser interessante na medida em que é um meio ou espaço institucional possível para o diálogo acontecer. Afinal, quem melhor pode entender certos meandros de um trabalho do que aquele que o desempenha todos os dias? Instituir uma Cosate pode fortalecer o diálogo e construir, em um esforço de gestar juntos, modificações no trabalho feito na escola.

## 6 Mas, o que pode uma Cosate?

Iniciamos esta conversa convocando o leitor a inventar novas perguntas que façam tremer as ideias que temos sobre educação. Afirmamos, ao longo do texto, que a educação está em obras, portanto, é um campo aberto, repleto de questões que podem produzir mudanças importantes. A questão que privilegiamos ao longo desta conversa foi: É possível uma política de atenção à saúde do trabalhador na educação?

No desdobramento dessa questão, afirmamos que os humanos têm uma marca importante: a capacidade de criar estratégias para enfrentar as adversidades que contrariam o viver. Entendemos, também, que nós, trabalhadores, somos protagonistas do processo de trabalho e, sempre que se tenta roubar essa autonomia, adoecemos. Outra coisa importante: quando estamos juntos nessa tarefa de fazer a gestão autônoma do nosso trabalho, essas adversidades podem ser enfrentadas de maneira mais efetiva. É coletivamente que podemos transformar o trabalho para que ele não nos adoça e essa é uma diretriz importante para nossas ações quando temos a vida em seu movimento criador como referência principal.

Então... como podemos criar coletivamente formas para enfrentar o que adoce nas escolas onde trabalhamos?

A experiência no campo da saúde do trabalhador nos indica que as Cosates podem ser uma ferramenta possível para análises e intervenções quanto ao problema de doença do trabalhador. A proposta

de formação de Cosates no campo da educação surge, portanto, pela aposta que fazemos no trabalhador como protagonista e gestor de seu trabalho.

O que pode uma Cosate? Qual sua força para produzir mudanças nos modos como trabalhamos? Qual sua potência para mudar o que vivemos nas escolas que produzem adoecimento? Como ela ganha força? Isso não sabemos de antemão, mas com certeza é pela experimentação que seu funcionamento ganha força. É nas relações com nossos colegas de trabalho que isso pode se efetivar. É por meio das relações entre os agentes do processo educacional que podemos gerar mudanças na escola. É construindo redes de afetos e de trabalho.

A Cosate é um recurso de intervenção no trabalho. Não é o único, mas o que a torna interessante é que ela pode gerar aproximação, diálogo e atenção para vivermos nosso trabalho. Por isso é fundamental examinar sua direção ética para não perder de vista o propósito de criação de uma política de atenção à saúde no trabalho em educação.

Então, o que pode uma Cosate? Ela pode forçar determinada ação ou disparar um movimento importante no plano das políticas públicas. A Cosate, como movimento de mudança dos modos de fazer educação, pode se desdobrar como estratégia para pensarmos as complexas relações saúde e trabalho nesse campo.

Outra coisa: não podemos esquecer que as Cosates funcionam a partir de um princípio, que é a inseparabilidade entre saúde e política, o que impõe a inseparabilidade entre ensinar = aprender = gerir nos processos de trabalho escolar; ela pode aumentar o grau de abertura comunicacional nos grupos e entre os grupos que compõem uma escola. E isso é muito importante, pois pode ampliar as formas de conexão entre os grupos, assim como entre seus participantes, promovendo mudanças nas práticas em educação.

Portanto, as Cosates caminham no sentido da incluir, nos processos de produção de saúde nas escolas, diferentes agentes envolvidos no trabalho em educação: diretores, coordenadores, docentes, alunos e familiares, visando à produção de autonomia, protagonismo e corres-

ponsabilidade. Viabilizam, ainda, a inclusão dos movimentos sociais, como sindicatos, associação de moradores, conselhos municipais e estaduais de educação, conselhos de escola, dentre outros, nos processos de gestão da escola. E isso não é pouca coisa! Com esse movimento, podemos alterar não apenas os modos de trabalhar nas escolas, mas também nossa sensibilidade, ou seja, como acolhemos o aluno, os nossos colegas de trabalho, os familiares, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

As rodas de conversa, os conselhos e o fórum são estratégias importantes na constituição de uma política de saúde para os educadores. Isso significa dizer que a direção das Cosates é o dialogismo, a criação de espaços nos quais os educadores podem discutir e fazer propostas para a gestão do seu trabalho e como conduzi-lo. Produzir esses espaços implica incluir as divergências, os modos diferentes de pensar, de modo que os tensionamentos não sejam eliminados, mas acolhidos e trabalhados. A possibilidade de colocar em diálogo diferentes maneiras de pensar enriquece os processos de trabalho.

A Cosate é um dispositivo que envolve coletivos e visa a promover mudanças nos modelos de ensino, de aprendizagem e de gestão da escola. Pode, assim, intervir no que produz adoecimento e criar possibilidades outras de trabalhar. Certamente as Cosates não garantem essa mudança, mas, ao indagar os modos de funcionamento instituídos, ao indagar a gestão dos processos educacionais, podem fazer com que eles se desloquem na direção do que desejamos. Podem produzir outras perguntas no campo educacional, fazendo-o mudar.

## **7 Não esqueçamos então...**

Uma Política de Atenção à Saúde dos Trabalhadores da Educação caminha com um pensamento que cambalhota, saltando de uma posição muito individualizada e solitária para o exercício coletivo e solidário de viver junto com o outro, cuidando de questões que pertencem a todos nós. Pensar uma política pública não é propriedade de governos,

políticos ou partidos. Sua dimensão pública começa no chão da experiência na educação, com uma mudança que se efetiva conosco e em nós.

### Para ler mais!

BARROS, M. E. B.; BENEVIDES, R. B. Da dor ao prazer no trabalho. In: SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (Org.). *Trabalhadores da saúde: protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

FERREIRA, L. L. Análise coletiva do trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 21., n. 5, p. 17-19, 1993.



# ENTRADA “PRODUÇÃO DE SAÚDE”

Janaína Madeira Brito

Jésio Zamboni

Ueberson Ribeiro Almeida



# O TRABALHO COMO GESTÃO NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA PRODUZIR SAÚDE

## 1 O início de uma caminhada: “saindo do hábito do pensamento-gaveta”

### O que é a educação?

A pergunta pode parecer um tanto tola e descabida, já resolvida e ultrapassada, de tão rotineira e próxima a nós – profissionais da educação. Então, por que começar uma conversa com ela? A resposta é: porque corresponde ao objetivo principal do nosso encontro, quer dizer, o horizonte diante do qual nos vemos quando estamos trabalhando. Por isso, tem um importante sentido no trabalho que fazemos. Justamente por fazer tanto sentido, consideramos a educação como algo óbvio. Assim, acabamos não perguntando mais sobre o que é fazer parte do mundo da educação, ou como é educar.

Do que nos lembramos como trabalhadores quando resolvermos parar um pouquinho na correria do dia a dia? Qual paisagem da educação visualizamos? São tantas coisas: escola, sala de aula, pátio, a lembrança do cheiro da merenda e da vizinhança. Vem à memória também

a Secretaria, o sindicato, o conselho de escola e o conselho de classe. Lembramos o mais importante: as pessoas, os alunos, os colegas de trabalho, a comunidade. Nisso recordamos também aquela reunião de pais, a confraternização com os companheiros de labuta, a agenda de atividades na escola... o planejamento, os livros, os quadros, os computadores, os cadernos, os lápis... Quanta coisa nas trilhas da educação! Quanta coisa vivendo juntos, não é mesmo?!

Quando nossa atenção se intensifica e se concentra nos acontecimentos, percursos e ousadias do cotidiano, o horizonte do que é a educação se amplia, e muito. Muito mesmo! O que cada trabalhador na educação faz, como enfrenta as adversidades cotidianas complexifica bastante o que pode significar o trabalho na educação. Ou seja, quando mergulhamos no cotidiano, percebemos que a educação está muito além do fazer na escola! Mais além, ainda, do que se faz na sala de aula. Ao mesmo tempo, tudo está tão integrado, em dependência mútua, precisando, exigindo se articular cada vez melhor. Vendo as coisas assim, a caminhada que começamos nesta unidade ganha o ar de uma aventura feita de muitos desafios e muitas dificuldades. É verdade que também de conquistas e realizações.

Por vezes, até o horizonte de que o nosso compromisso é com um trabalho educativo perde-se de vista. O mais delicado em um processo como este, que se trata de produção de vida no trabalho, ou seja, da formação de pessoas, é que muitos de nós não temos encontrado qualquer sentido no trabalho de educador... Ou restringimos o sentido do trabalho a uma ou outra questão do que vivemos; uma ou outra insatisfação na imensa luta que consiste em garantir educação pública de qualidade. Mas, gente, vamos pensar: por que isso está acontecendo? Não incomoda também a você ver tantos colegas de trabalho desanimados ou desorientados? Você mesmo não se sente um tanto assim? Quando não vemos o nosso valor em ser educador, quer dizer, quando perdemos de vista a grande contribuição que sai de nossas mãos, a desvalorização da educação ganha!

Não saber mais o rumo do que temos feito de nós mesmos e do mundo que estamos construindo se torna bastante complicado nesses termos! Por exemplo: o elevado número de absenteísmo; as ausências

no trabalho por diversos motivos; a falta de vontade de participar de formações, assembleias, congressos, planejamentos, reuniões... Uma gama dessas situações que não podem mais passar despercebidas por nós. É importante parar um pouco, compartilhar o que se vive, pensar juntos nos inúmeros indicadores da perda de sentido que desqualificam o nosso trabalho. É importantíssimo tirar os problemas da gaveta para buscar os caminhos de solução. Vamos refletir mais um pouco: o que se passa em nossos dias que nos leva a perder de vista a nossa parte na paisagem educacional e até mesmo o horizonte do nosso trabalho? Como lidar com isso? Como nos ajudar (uns aos outros) a construir ferramentas para “picar” uma saída nessa “mata densa”?

### Para saber mais...

#### Absenteísmo



A palavra “absenteísmo” tem sua origem no francês (*absenteisme*) e significa a falta de assiduidade ao trabalho ou a outras obrigações sociais. É também conhecido como ausentismo ou absentismo, cuja definição pode ser caracterizada como o

hábito de não comparecer ou de estar ausente ao trabalho; falta de assiduidade, ou seja, ausências ao trabalho quando deveria estar presente (GEHRING JÚNIOR et al., 2007).

Esse é um problema que tem realmente se desenhado. Quando nos encontramos convocados diante dele, primeiramente é preciso construir, entre os companheiros de escola, de região, de disciplina ou de turma, a disponibilidade de pensar como atitude de cuidado com tudo que vivemos, como corresponsáveis por aquilo que temos feito da(s) vida(s). Compartilhamos então esta pista: aliás, ela só se presta a ser pista nesta aventura se puder ser observada como uma pista de um caminho que desejamos percorrer e, portanto, parte do projeto de busca da saída do isolamento que causa tanto sofrimento. É desse modo que

se livrar das clausuras em nossos pensamentos – ou sair do fechamento em nossas aflições – pode ajudar na invenção de um encaminhamento coletivo, tão importante para a função que desempenhamos ao trabalhar na educação pública.

Inventar e construir as coisas só se opera, primeiramente, com a decisão de olhar para aquilo que não está bem e que passa por nós; e, segundo, só se modifica o estado das coisas com a disponibilidade que assumimos para dialogar sobre os problemas, ou seja, fazer um exercício cotidiano como trabalhadores públicos, com os inúmeros pedaços, cacos, coisas que estão isoladas, desorganizadas, precisando se articular e restabelecer novas vias e horizontes. É claro que, neste movimento de “grupalização”, outras nuances referentes aos problemas vão se evidenciando. Será que temos tido parceiros no trabalho? Será que, ao fazer o que a gente faz, do jeito que a gente faz, apoiamos o trabalho de outros educadores?

Ouvimos de muitos colegas que eles têm a sensação de estarem sozinhos, de precisarem dar um jeito por conta própria no que tem de ser feito no trabalho, e isso está relacionado com a tal impossibilidade de perceber o horizonte na caminhada do trabalhador. É de fato muita coisa acontecendo para apenas um olhar isolado conseguir acompanhar e entender! Imagine só: estamos cada um no seu posto de trabalho, com as tarefas próprias e seus respectivos problemas, portanto, separados uns dos outros, enquanto na escola, na Secretaria, no Município ou no Estado mil coisas estão acontecendo ao mesmo tempo. Será que, enquanto tudo acontece, mais nada nos sensibiliza ou impacta? Estamos mesmo inteiros diante do que fazemos? Será que, ao fazer da vida no trabalho um conjunto de gavetas, as coisas vão se modificar?

Às vezes se tem esta sensação: os problemas têm existência própria fora das relações com o mundo. Tem-se a sensação, por exemplo, de que aquilo com que estamos insatisfeitos é natural e nasceu sozinho. Então se percebe que alimentamos, muito mais do que gostaríamos, a interpretação de que os aspectos de nosso trabalho são independentes daquilo que fazemos ou fizemos em algum momento, ou, até, independentes daquilo que o coletivo ao qual pertencemos criou. O problema

de sentirmos e pensarmos assim é o que vem junto à ideia de que o trabalho não se modifica e que não existe mais história a ser construída. Sabe aquele fatalismo, ou pessimismo, com que a gente mesmo se irrita quando aparece. É bom?... Quando eu, ou você, no meio do “vuco-vuco” da reunião na escola, assumimos com aquele corpo peculiar: “Não há mais nada a fazer.” “É assim mesmo.” “Sempre foi assim.” “Não muda.” Ai, ai... Quantas vezes já pronunciamos esse desencorajamento. Minha gente, cada um de nós cabe nesse pensamento-gaveta? Será que o jeito de pensar não interfere no jeito de fazer? Enfim, quando não vemos mais sentido nas coisas que fazemos, automaticamente, será que não estamos precisando desarrumar acomodações?

Seria uma miragem imaginar o caminho na educação sem percalços, imprevisibilidades e hibridismos! Imaginar, por exemplo, a escola harmônica, funcionando sob um modelo em que tudo que acontece pode ser completamente controlado e previsível. Que bom que não seja assim, tudo tão arrumadinho, porque, afinal, o que teríamos a fazer se tudo já estivesse pronto e “dominado”? Que vida é essa, pensada em sequências lineares, repetitivas ou monótonas? Trabalhador e trabalhadora, existe mesmo sentido para uma vida sem desafio a ser superado? Sem caminhos a serem construídos?

Nessa caminhada, como observamos, certamente é a dose de imprevisível que pode alimentar nossos sonhos de inventar algo novo! Inventar coletivamente a solução daquilo que nos atravessa é a mobilização de que precisamos. É ilusão achar que cada um vive em seu lugar e cumpre seu papel sozinho. É outra ilusão, dessas danosas, achar que nossos objetivos não se articulam com os outros e, também, com os problemas que nos desagradam. Pelo contrário, a vida no trabalho é sempre uma abertura àquilo a ser produzido pelo encontro, quer dizer, trabalhando junto, dialogando, aprendendo a compartilhar e a pensar de um modo que potencializa o fazer. Essas são, inclusive, condições intrínsecas a ter mais saúde, a se sentir melhor e mais forte diante de cada manhã em que se retorna ao trabalho. Então, qual é a proposição que esta unidade traz? Em que sentido nos orienta esse monte de perguntas? Apostamos que muitas outras questões foram surgindo por aí, durante esta leitura. Silenciosa, ou em voz alta; em grupo, ou não.

A provocação é sairmos do pensamento habitual, aquele que pretende separar todas as coisas da vida, e botar cada uma em um canto. Provocamos que sejam feitos muitos exercícios cotidianos, no trabalho, com compartilhamento, que nos ajudem a ver a continuidade, a ligação e a relação entre as coisas que nos afetam. E mais do que isso: propormos aqui problematizar esse “pensamento-gaveta” que atrapalha conectar nossas atividades e ver o valor daquilo que se faz. Propomos que, juntos, possamos percorrer esse caminho a modificar a dimensão daquilo que habitualmente percebemos, portanto que, consequentemente, passamos a sentir diante do trabalho na educação. E como faremos? Primeiramente pactuando que esta conversa serve para potencializar uma política pública a partir do investimento no cuidado ao trabalho da educação. Para isso, exercícios, reflexões, diálogos, estudos e, claro, humildade e esforço para desengavetarmos as relações, a nós mesmos!

### Política Pública

Entendemos política pública como aquela construída com os coletivos, com as pessoas e demandas das situações. Ou seja, uma política pública inclui o público.



## 2 Exercício: Vamos ampliar o sentido do trabalho?

Para continuar nossa caminhada, a etapa agora é problematizar um pouco mais sobre o trabalho. Iniciamos os novos passos com uma metáfora: “A atividade de lavar roupas.” Pois bem, a máquina de lavar hoje já é “superpotente”, tem um monte de parafernália, tecnologias, programações, mas inclusive ela, a máquina, precisa interagir. Junta-se, então, uma gama de produtos para garantir seu desempenho, todos aqueles produtos de mil marcas que encontramos nos supermercados e que, na propaganda, prometem milagres. E o que se processa disso? Vamos colocar nossas roupas para lavar. Manuseamos a máquina, programando

como manda a prescrição: função edredons; roupa leve; branco encardido, muito sujo etc. etc. E daí? Geralmente bastante performática, a máquina bate e mistura a roupa de acordo com o modo como foi programada. O problema é que, quando vamos verificar as roupas, pode ser que a gente se depare com algumas que ficam mais limpas e outras nem tanto. Percebemos que as sujeiras mais visíveis e grosseiras são, geralmente, diluídas pelo processamento mecânico. Aquelas manchinhas pequenas, aquele colarinho com marcas de suor e também os detalhes das dobras não são vencidos pela lavagem “superpotente” da máquina.

Ah, e tem ainda outra situação: e quando o botão programador da máquina solicita que coloquemos apenas um tipo de roupa de cada vez? Ou seda, ou roupas coloridas, ou jeans etc. E por que isso? Por que o trabalho mecânico tem como referência o padrão, a repetição, a homogeneização e a relação de causa-efeito, ou seja, funciona mais ou menos assim: para a situação A proceda de modo B, para a situação X proceda de modo Y. O que nós, autores, estamos conduzindo a observar com essa ilustração? Parece-nos importante nos darmos conta de que essa é uma forma de funcionamento para as coisas. É também uma maneira de ver as situações no trabalho. Ou seja, o modo de funcionamento “máquina de lavar” exige um jeito instrumental de pensar a vida, os seus problemas, aquilo que usualmente chamamos de obstáculo. Então?!... Fato é que tal metáfora, diante de tudo, ajuda-nos a refletir sobre como pensamos e agimos no trabalho e, assim, percebermos como o que pensamos tem conexões com um modo de produzir conhecimento que casou a ciência com a técnica. Desse casamento produziu-se uma ideia perigosa. A ideia de que a verdade científica resulta da mera aplicação de técnicas ou protocolos.

Sendo assim, os especialistas, aqueles profissionais com estudo específico (professores, por exemplo) para cuidar de um assunto teriam como programar instrumentalmente para resolver os problemas cotidianos. Uma felicidade. Parece objetivo e claro. Certamente há tecnologia suficiente para construir tanto máquinas capazes de diluir qualquer sujeira, como alvejantes capazes de limpar qualquer tecido. Então, qual é o problema? É outro. A questão é que, mesmo na máquina, ou seja, mesmo

uma coisa inanimada, que não tem vontade própria, desejos, perspectivas, sonhos, ou seja, que não cria, ainda assim, na máquina de lavar, cada tecido solicita uma intervenção sensível, inteligente e específica.

Nem máquina nem produto químico são capazes de desdobrar as variáveis de uma situação nova (não prevista), muito menos podem agir de modo singular, caso a caso, produzindo as soluções. A atividade humana, embora se pautem em prescrições e normas que a antecedem, é viva, inteligente, cinestésica, imprevisível. A atividade é a dimensão onde ocorrem as microgestões inteligentes das situações. A vida é sempre mais complexa do que as prescrições que tentam antecipar a atividade.

Partindo dessa imagem do “lavar roupas”, podemos estabelecer uma primeira grande diferença entre o trabalho das máquinas e a atividade humana: esta última é a condição criadora da vida e nunca se repete ou segue fielmente qualquer prescrição! Quando essa atividade é interrompida ou abafada, passamos a funcionar muito próximo do trabalho mecânico, daí temos grandes chances de amputar aquilo que é a potência do vivo: sua condição de criar a própria existência e de ser autor do próprio trabalho, da vida.

O taylorismo tentou colocar a atividade humana em um modo “engavetado” de pensamento que previa e calculava antecipadamente tudo o que cada trabalhador deveria fazer na fábrica. Esse sistema de produção em série estabelecia o tempo e a calibragem dos gestos dos trabalhadores em um processo tão fortemente controlado e prescritivo que nem o próprio sistema aguentou: os trabalhadores adoeceram e o sistema pifou!

Vale a pena ver o filme *Tempos Modernos*, no qual Charlie Chaplin encena, de modo irônico, como o abafamento da criação e da autonomia joga contra a vida, contra a atividade e, obviamente, contra a própria organização do trabalho.

Por vezes, no trabalho em educação (e na escola), nos sentimos também em um sistema “engavetado”, em que cada disciplina tem sua gaveta e cada trabalhador o seu “quadrado”. Quando é assim, o contato



entre os trabalhadores da escola é ínfimo, as informações e os saberes também encontram muitos obstáculos para circular, produzindo trombos que nos impedem de experimentar a dinamicidade e a vitalidade da rede de relações que o trabalho em educação pode possibilitar. Será que já paramos para pensar: a quem interessa esse modo de gerir o trabalho em educação? Como o que eu faço e/ou os modos como desenvolvo a atividade contribuem para alimentar as condições de trabalho nas quais a própria atividade de trabalho se realiza?

Ao trabalhar, vivemos e nos colocamos no jogo de produção da existência. Não apenas seguimos prescrições, também inventamos modos de gerir o meio para podermos viver saúde. É isso que buscamos no trabalho e essa busca, nem sempre com sucesso, é o que atribui qualidade e impede que o trabalho emperre. Imagine se os trabalhadores da educação seguissem fielmente todas as regras e as prescrições que dizem o que deve ser feito no trabalho. O que você acha que aconteceria?

Para saber mais...



### Taylorismo

A palavra “absenteísmo” tem sua origem no francês (*absenteisme*) e significa a falta de assiduidade ao trabalho ou a outras obrigações sociais. É também conhecido como ausentismo ou absentismo, cuja definição pode ser caracterizada como o hábito de não comparecer ou de estar ausente ao trabalho; falta de assiduidade, ou seja, ausências ao trabalho quando deveria estar presente (GEHRING JÚNIOR et al., 2007).

### **3 Exercício: Vamos pensar a atividade como modo de produzir de saúde?**

No que diz respeito à saúde, costumeiramente, damos mais atenção a ela quando estamos doentes em um hospital ou precisando da vaga de atendimento em uma unidade de saúde. Quer dizer, a saúde nos chama a atenção como uma condição em que nos encontramos, um estado diferenciado ou, ainda, quando simplesmente precisamos ir à farmácia buscar remédio para uma dor, uma desorganização do corpo orgânico, para tentar um tipo de tratamento...

A gestão, todavia, embora nos remeta ao trabalho, aparece de uma maneira curiosa. Geralmente nos referimos à gestão como uma função exterior, separada e, sobretudo, situada acima de nossas cabeças e nossas atividades, ou seja, distante do trabalho cotidiano. Associamos, por exemplo, a gestão à administração da escola, a uma gerência da Secretaria. Localizamos a gestão em uma função ou cargo, separados, portanto, de nós, da produção coletiva. A gestão por isso segue aquele modelo “cada um no seu quadrado”, em que a racionalidade técnica faz acreditar que o trabalho é feito de papéis e funções bem definidos para cada setor, cada escola, cada sujeito.

Quando falamos e pensamos sobre o trabalho na educação, a gestão da escola e o estado de saúde dos trabalhadores, costumamos tratar como espaços ou práticas fragmentados, separados uns dos outros, portanto, correspondentes a domínios, funcionamentos, regras e instituições distintas. É importante pensarmos: a quem interessa que seja assim? Como esse modo de organização do trabalho foi apropriado pela educação?

Mas de que modo relacionar trabalho, gestão e saúde como uma só dimensão da vida? E o que isso pode trazer de contribuição ao desenvolvimento do nosso fazer cotidiano? Como, enfim, ampliar nossas ideias no sentido de também aumentar a nossa saúde no trabalho? De que maneira a atividade de trabalho se constitui como o fio condutor capaz de articular gestão e saúde?

A atividade é dimensão das microgestões, da inteligência humana que produz transformação constante do trabalho. É cotidiana e “microscópica”, mas também é fonte para transformações maiores, estruturais, pois é onde surgem as experiências e os saberes que possibilitarão modificar as regras e as normas do trabalho, ou seja, suas prescrições e seus modos de agir.

Em geral, quando se fala de gestão no campo da educação, pensa-se na Administração Pública, na Secretaria de Educação, na diretoria da escola e nos Conselhos de Educação e de Escola. Os Conselhos, infelizmente, costumam ser os menos lembrados quando se pensa em gestão da educação – e olhe que deveriam ser os espaços privilegiados de uma gestão democrática. Entende-se, geralmente, que a gestão cuida das prescrições – planejamento, estabelecimento das condições materiais de trabalho, da organização, da avaliação, da regulação e da normatização, entre outros – enquanto os demais trabalhadores cuidam da atividade de trabalho, entendida como execução das prescrições, realização do planejado. Mas será que essa divisão corresponde ao que acontece realmente? Os “trabalhadores” na escola se limitam a fazer o que está definido pelas prescrições? Não fazem muito mais do que se pode prescrever? Professoras, secretárias, merendeiras e seguranças não planejam, avaliam, regulam e normatizam também o seu fazer? E, por outro lado, diretoras, coordenadoras, pedagogas e os diversos trabalhadores da administração educacional também não desenvolvem uma série de ações? Também não fazem o trabalho acontecer ou se limitam apenas a seguir regras e prescrições?

Podemos perceber, ao problematizarmos a separação entre gestão e execução, que a gestão do trabalho não se confunde com a gerência, ou a administração. Na realidade, a gestão é sempre compartilhada, todos participam fazendo e pensando o que fazem, transformando o que fazem. Somos todos gestores e produtores da educação, o que é a própria produção e cuidado com a vida! Queiramos ou não, o que fazemos, por mais minúsculo que pareça, expressa o mundo em que vivemos ou que desejamos.

Por que, então, não sentimos ou experienciamos assim muitas vezes o trabalho? Por que temos produzido, na maioria das vezes, maneiras

de gerir verticalizadas, hierarquizadas, em que as funções de gestão são oficialmente restritas à gerência, tentando impor à realidade a ideia de que pensamento e ação estão separados? Quais efeitos essa separação pode produzir para a saúde dos trabalhadores?

#### **4 A atividade faz gestão do trabalho: a análise coletiva da atividade “desengaveta o pensamento”**

No corre-corre, no dia a dia do trabalho em educação, os horários costumam ser bem demarcados e apertados. Um tempo vivido com muitas tarefas a realizar, exigindo sempre diversos conhecimentos e habilidades que, à primeira vista, nem sempre são de fácil identificação e reconhecimento. Mas, em um ímpeto de curiosidade, poder-se-ia perguntar: como uma professora consegue trabalhar com tantos alunos juntos, ou como faz para acompanhá-los considerando suas diferenças? Como a merendeira consegue fazer comida para tanta gente em tão pouco tempo e, nisso, como consegue fazer com que não falte comida para ninguém, ou não se desperdice comida? Como, e com quem, resolver os problemas no funcionamento da escola?

Se, ao seguir nesse exercício de atenção ao que se passa, observarmos mais atentamente aquilo que habitualmente já não se reconhece no “fazer educação”, veremos que a educação só acontece porque há muito da inteligência dos trabalhadores no trabalho, e de muitos. Lembraremos que o trabalho em educação, como em qualquer outro setor, é muito mais complexo do que conseguimos perceber inicialmente. É composto de várias situações, diferentes jeitos e saídas para lidar com cada situação, muitos saberes e muitas táticas, ou seja, o trabalho também é constituído de diversos riscos e imprevistos que solicitam saberes e gestão do novo a todo instante. Permeando aquilo que repetimos nas tarefas e constâncias do trabalho, encontram-se sempre variações e invenções, por mais ínfimas que pareçam – e por isso mesmo quase invisíveis, difíceis de perceber, na maioria das vezes.

Essas invenções cotidianas são fundamentais para que o trabalho aconteça, para que as tarefas sejam realizáveis, porque um dia de tra-

balho nunca é completamente igual ao outro, sempre provocando a engenhosidade e a esperteza dos trabalhadores para lidar com as variações do meio. É a inventividade no dia a dia que anima o trabalho, que nos faz sentir vivos em meio às situações desafiadoras e, por vezes, complicadas. E como isso não se faz sozinho, é necessário produzir um coletivo de trabalho forte, com autonomia e poder de ação sobre as situações que nos ameaçam e tentam bloquear a produção de sentido no trabalho.

Nessa direção, a produção de saúde no trabalho nos exigirá participação na elaboração coletiva de normas de vida que nos permitam gerir as infidelidades infinitas do meio. Georges Canguilhem (médico e filósofo francês) cita Antonin Artaud para dizer que “Só se pode aceitar a vida sob a condição de ser grande, de sentir na origem dos fenômenos, pelo menos de um certo número deles. Sem potência de expansão, sem uma certa dominação sobre as coisas, a vida é indefensável” (CANGUILHEM, 2005, p. 44). O que podemos fazer para tentar “dominar”, gerir as infidelidades/desafios que emergem no cotidiano escolar? Quando os problemas e as infidelidades se tornam mais fortes do que nós e não conseguimos encontrar saídas para enfrentar a situação, passamos a ser impedidos de agir e o trabalho passa a ser vivido, predominantemente, como monotonia, desgaste.

Quando o sofrimento paralisador se estabelece, é sinal de que a potência inventiva que caracteriza o trabalho e que o renova constantemente está ameaçada. E, se o trabalho se encontra em perigo, é a própria vida que se encontra contrariada, impedida de criar em condições degradadas de existência e bastante complicadas. Assim, quando fazemos gestão do trabalho, é da própria vida que cuidamos, da nossa e dos outros.

Gestão, então, passa a ser entendida como um modo ético de colocar em debate (franco, amoroso e solidário) as normas que circulam no trabalho, a fim de transformá-las em favor do desenvolvimento da atividade dos sujeitos.

A gestão coletiva que cuida da vida na educação é aquela que busca incluir todos na análise do trabalho por compreender que as diferen-

tes formas que os trabalhadores criam para dar conta da atividade se constituem em saberes e competências que também e, sobretudo, fazem gestão.

## **5 Ponto de chegada: quando se analisa a atividade, cuida-se da saúde**

Em geral, lembramo-nos da saúde ou pensamos nela quando ela está em risco, quando se encontra abalada, quando procuramos algum tipo de assistência para cuidar dela. Em outros tempos, em outros lugares, não costumamos pensar em saúde. Frequentemente, sentimos primeiro que estamos doentes ou correndo algum risco para, depois, pensarmos no que é a saúde. Ou seja, a saúde é definida, usualmente, como ausência de doença. A saúde seria o contrário da doença ou aquilo que a doença não é. Nessa definição, a saúde não tem um conceito próprio. Não sabemos o que é saúde quando pensamos assim, no fim das contas! Talvez percebamos a saúde desse jeito porque nos habituamos a localizar a saúde somente nos estabelecimentos, nos procedimentos e nos profissionais da área específica. É aqui que o olhar para a atividade pode nos ajudar a compreender a saúde para além da ausência de doença.

Quando olhamos com atenção para o cotidiano na escola, percebemos que a atividade, concebida como inventividade, é o que dá vida ao trabalho feito em educação para que ele não se torne monótono e sem sentido. Quando nos vemos fazendo algo que não tem sentido para nós, estamos à beira da doença. A saúde seria a luta constante contra essa perda de sentido, não para eliminá-la completamente (como se pudéssemos fazê-lo!), mas para desafiá-la, transformá-la e superá-la, ainda que nunca absolutamente.

Perdemos o sentido do trabalho quando nos sentimos apenas reproduzindo o trabalho, como uma máquina programada, obedecendo a ordens ou seguindo regras e normas das quais não participamos da construção e decisão. Por estarmos vivos, não suportamos tal situação e resistimos a ela de diversas formas.

Os sintomas de adoecimento, as dores e os sofrimentos que sentimos funcionam para nos alertar e nos provocar a reagir nessa situação adoecedora. A atividade contrariada ou abafada insiste e resiste indicando que algo vai mal nessa história.

O número elevado de absenteísmo entre trabalhadores da educação nos convoca a pensar! E é preciso transformar as situações de trabalho nocivas à saúde para poder compreender como elas chegaram a ser assim. Não adianta somente ficar tratando dos sintomas! Assim como não basta diminuir a febre para resolver as causas de uma gripe, não basta ficar tratando dos trabalhadores adoecidos para mudar as condições de adoecimento do trabalho. Isso não quer dizer que o cuidado com os trabalhadores adoecidos seja de menor importância, mas que continuaremos a produzir adoecimentos no trabalho se não atacarmos e transformarmos os modos como se constituem os processos que adoecem.

A dimensão inventiva da atividade torna explícita para nós a conexão entre saúde e trabalho. O que habitualmente vemos como áreas separadas na vida já não nos surge mais tão separadamente assim. As imagens costumeiras relacionadas com a saúde – unidade de saúde, hospital, remédio, tratamento, entre outros – são deslocadas, juntam-se a elas outras imagens que não são mais tão óbvias. Os trabalhadores também são capazes de avaliar e agir sobre as normas que lhe produzem efeito de saúde e adoecimento. Ou seja, nesse modo ético de pensar a saúde, não é mais possível estabelecê-la de fora, não é mais apenas o médico que determina o que é saudável e/ou patológico. A saúde passa a ser uma questão de encontrar aquilo que dá sentido ao trabalho, ao trabalhador, à vida. Não se pode mais pensar a saúde considerando os sujeitos separados dos meios onde vivem. Então, como os sujeitos se arranjam coletivamente para produzir um meio onde seja possível enfrentar os imprevistos e desafios será um importante indicador de saúde.

### Para ler mais!

CANGUILHEM, G. *Escritos sobre medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GEHRING JUNIOR, G. et al. Absenteísmo-doença entre profissionais de enfermagem da rede básica do SUS Campinas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 10, n. 3, p. 401-409, 2007.







# ENTRADA “LUTA DOS TRABALHADORES”

Alini Gusmão do Rosário

Ellen Horato do Carmo Pimentel

Fabrizio Oliveira dos Santos

Magda Ribeiro de Castro

Max Dias

# PERCURSOS DE HISTÓRIAS E LUTAS DOS TRABALHADORES

A importância de os trabalhadores olharem criticamente para o seu trabalho e para as sujeições que se fazem por meio dele se fez presente de diferentes maneiras ao longo da história. A luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, por dignidade e saúde vem sendo construída por diferentes mãos e de diferentes modos. Cada coletivo de trabalhadores constrói de maneira singular suas estratégias de produzir saúde no trabalho, atento ao que se passa no seu cotidiano e atento às urgências de seu tempo.

Vamos acompanhar um pouco como os trabalhadores organizaram seus enfrentamentos ao adoecimento no trabalho em diferentes momentos da história?

## **1 As organizações sindicais no contexto da Revolução Industrial e as lutas por melhores condições de trabalho**

Em razão das inúmeras necessidades que se colocavam cotidianamente no processo da Revolução Industrial, os operários das nascentes fábricas se viam imersos em sua organização sindical. O viver para esse trabalho praticamente condicionava o morrer na fábrica, em uma In-

glaterra há 200 anos. Crianças e adultos se misturavam na intensa tarefa da produção em série.

No final do século XVIII e início do século XIX, na medida em que os teares mecânicos ganhavam relevância – tornando os seus operadores apêndices vivos da máquina automática – cresciam as insatisfações em decorrência do desemprego, da má remuneração, das péssimas condições de vida e dos ambientes de trabalho visivelmente insalubres.

A produção de riquezas concentrada nas mãos de poucos favorecia a expansão da miséria em cidades cujas fábricas mais pareciam “viveiros de mendigos” que um lugar de convívio social e fluência cultural. É nesse cenário tão latente que resistências vão se traduzir em pauta social e luta política pelas mãos dos operários e consagrá-los como os agentes de uma nova ordem a ser construída.

As primeiras experiências sindicais se desdobravam basicamente em duas frentes (quase sempre resultando em greves): melhores condições salariais e garantias de trabalho. Registros revelam que os chapeleiros de uma fábrica parisiense foram à greve por uma redução injustificada em seus salários em 1724. Já na Inglaterra, em 1768, os tecelões de Spitalfields se levantaram em massa e destruíram grande quantidade de teares de seda. Um detalhe importante no movimento dos trabalhadores diz respeito à solidariedade financeira em decorrência das condições vulneráveis de empregabilidade a que os operários estavam submetidos, principalmente em casos de acidentes nas máquinas, que levavam à morte, a doenças ou à invalidez.

Surge, então, o associativismo, as caixas beneficentes, bem como os centros de ajuda mútua, que permitiam proteção aos trabalhadores e a suas famílias. Nesse tempo o Estado, por diversas ocasiões, colocou-se em contra-

#### **Carta do Povo**

A carta do povo deu origem a um movimento político inglês conhecido como cartismo.

As insatisfações operárias eram enviadas em formato de carta ao Parlamento a fim de que este atendesse algumas reivindicações, tais como: sufrágio universal masculino, pagamento aos deputados e votação secreta.

riedade à organização sindical operária. No século XIX as associações se espalharam para além da Europa, mas já tinham relevância na Inglaterra do século anterior. Com a contribuição dos seus associados, os trabalhadores não ficavam desamparados. Além disso, a iniciativa favorecia um sentimento de solidariedade, coletividade e pertencimento ensejando o potencial de conquistas da luta unificada dos trabalhadores.

Enquanto as insatisfações germinavam, os representantes do Parlamento inglês se posicionavam. Eram, em sua maioria, contrários aos operários em sua luta por melhores condições de trabalho. O instrumento de greve era fortemente combatido. Os deputados defendiam as *Combination Acts* (1799), por exemplo, proi-

bindo as organizações e as manifestações operárias, criminalizando as lideranças. Porém, as pautas dos trabalhadores ganhavam legitimidade entre a população. Foi de fato com a Carta do Povo (1838) que uma agenda política do trabalhador começou a ganhar capilaridade no Parlamento inglês.

A estratégia de recolher assinaturas da população, a fim de alcançar conquistas, aproximou o operariado também da luta institucional e contribuiu para uma compreensão de sua condição como classe social. É nesse momento que uma defesa mais incisiva quanto às condições de trabalho se torna objeto de debate público.

Desse modo, o movimento em defesa das dez horas de trabalho tornou-se uma das primeiras empreitadas bem-sucedidas da história da luta dos operários ingleses organizados. Era uma pauta factível, de apelo popular e que poderia garantir uma vitória ante a institucionalidade. Como desdobramento, a jornada de trabalho de dez horas servia para melhorar as condições de saúde, enfrentar a exploração extrema e as condições subumanas a que estavam submetidos os trabalhadores. Ainda no século XIX os trabalhadores ingleses tiveram muitas outras con-

**1824** – criação dos primeiros centros de ajuda mútua e de formação profissional.

**1833** – limitação da jornada das crianças operárias para oito horas de trabalho por semana.

**1842** – proibição do trabalho de mulheres em minas de carvão.

quistas a partir de sua organização coletiva. Entre 1780 e 1860, houve uma redução de 33% na jornada de trabalho semanal nas indústrias têxteis, por exemplo.

## **2 As lutas dos trabalhadores organizados no Brasil: garantir emprego e salários, reduzir a intensa carga de trabalho**

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras associações profissionais. Era ainda um tempo de escravidão. Contudo, bases sociais apontavam para transformações nas relações de trabalho, em especial nos centros urbanos.

Em um contexto de convergência entre agudas insatisfações políticas e uma malfadada campanha de saúde pública, associada à reforma urbana e limpeza social, surgiu um dos episódios mais emblemáticos do país: a Revolta da Vacina. O século XX mal iniciara, mas as lutas operárias no Brasil ganhavam as ruas da capital da recente república. As insatisfações repetiam o coro já consagrado nas greves europeias do século anterior, reivindicando: salário, garantia de emprego e diminuição da carga horária.

Os trabalhadores pobres moradores dos cortiços cariocas foram o principal alvo do projeto sanitarista de Oswaldo Cruz. Suas casas foram invadidas com o uso da violência policial, a fim de garantir a obrigatoriedade da vacinação. Os operários reagiram criando a Liga Contra a Vacina Obrigatória. Concorriam com a aplicação da substância preventiva fatores culturais preponderantes, como a privacidade dos indivíduos e o machismo. O resultado dessa intervenção – de uma política de saúde vista como punitiva aos olhos do povo – não podia ser outro senão barricadas nas ruas e focos de conflito entre soldados e populares.

Posteriormente, em 1917, os trabalhadores – especialmente os de São Paulo – organizaram uma greve geral reivindicando o fim do trabalho de menores de 14 anos nas fábricas e nas oficinas; abolição do trabalho noturno às mulheres e jornada de oito horas, entre outras pautas

salariais. Enfim, o Decreto nº 17.934, de 1927, definiria uma série de questões relacionadas com trabalho de adolescentes garantindo limitação da carga horária, idade mínima para o labor e proibição de atividades que representassem perigo à saúde.

Resgatar os princípios e as formas da organização sindical no Brasil em sua luta por condições de trabalho digno, sadio e humanizado possibilita entender por que, na primeira metade do século XX, a grande conquista dos operários brasileiros se traduziria na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ela é a expressão da série de batalhas travadas no decorrer

do tempo, bem como a unificação das esparsas legislações sobre o tema, cujo resultado aponta para a melhoria da qualidade de vida do empregado. Nesse sentido, a CLT – mesmo que restrita durante um bom tempo apenas aos indivíduos da cidade – conseguiria abarcar as necessidades mais prementes dos trabalhadores daquele tempo, tornando tais batalhas vitórias perenes no contexto histórico.

Ademais é preciso compreender, para além dos movimentos de luta dos trabalhadores, as formas que o saber médico em torno do trabalho vai tomando no decorrer dos anos a fim de produzir saúde.

A CLT é considerada a maior conquista do trabalhador brasileiro. Garantiu direitos ao empregado que anteriormente não havia. Dentre as principais conquistas, estão o direito de greve, salário mínimo, férias remuneradas, repouso semanal e indenização por dispensa sem justa causa.

## Refletindo sobre os modelos de assistência ao trabalhador

Medicina do Trabalho ↔ Saúde Ocupacional

↔ Saúde do Trabalhador

### **3 Você sabia que, ao longo da história, os modelos de assistência ao trabalhador sofreram mudanças?**

Na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, período da Revolução Industrial, surgiu o primeiro serviço de “Medicina do Trabalho”, organizado nos locais de trabalho e destinado a assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo risco que prejudicasse sua saúde resultante de seu trabalho ou das condições deste. Esse modelo centrou-se na figura do médico, em um contexto em que o consumo da força de trabalho resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção exigiu uma intervenção, sob pena de tornar inviável a sobrevivência. Assim, sua expansão foi rápida para outros países, paralelamente ao processo de industrialização. Entretanto, apresentou limitações e foi perdendo força em função do custo provocado pela perda de vidas decorrentes de acidentes ou doenças do trabalho, sentido tanto pelos empregadores necessitados de mão de obra produtiva, quanto pelas companhias de seguro, com o pagamento de indenizações por incapacidade provocada pelo trabalho. A insatisfação e o questionamento cresciam entre os trabalhadores – objeto das ações – e os empregadores, “onerados” pelos custos advindos dos agravos à saúde de seus empregados.

Nessa conjuntura, surge a Saúde Ocupacional nas grandes empresas, organizando equipe compreendendo: médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, enfermeiro, psicólogo, técnico de segurança do trabalho e outros profissionais, com ênfase na higiene “industrial”. Nesse modelo, as estratégias de intervenção nos locais de trabalho visam a controlar os riscos ambientais, promover e manter o mais alto grau de bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores em todas as ocupações; prevenir todo prejuízo causado à saúde dos trabalhadores pelas condições do seu trabalho; proteger os trabalhadores, em seu trabalho, contra os riscos resultantes da presença de agentes nocivos à saúde; colocar e manter o trabalhador em uma função que convenha às suas aptidões fisiológicas e psicológicas e adaptar o trabalho ao homem e cada homem ao seu trabalho. Esse modelo também não conseguiu



atingir os objetivos propostos, mostrando-se insuficiente, pois manteve o referencial da medicina do trabalho. Não concretizando o apelo à interdisciplinaridade, as atividades ficavam justapostas de modo desarticulado e dificultadas pelas lutas corporativas. Por fim, esse modelo, apesar de focar a questão no coletivo de trabalhadores, continuava a abordá-los como objeto das ações de saúde.

Desse modo, mantém-se a visão do adoecimento centrada no trabalhador e em sua adaptação. Ou seja, intervém-se nesse modelo sobre o trabalhador em seu ambiente de trabalho, sem ainda trazer para a cena principal a interrogação dos processos de trabalho e dos processos de saúde e adoecimento como algo produzido no trabalhar.

A insuficiência do modelo da Saúde Ocupacional não constituiu um fenômeno pontual e isolado, pois foi e continua sendo um processo que, embora guarde certa especificidade no campo das relações entre trabalho e saúde, tem sua origem e seu desenvolvimento determinados por cenários políticos e sociais mais amplos e complexos.

Em frente à insuficiência do modelo anterior e ao intenso processo social de discussões, inúmeras mudanças ocorreram contribuindo para o surgimento da Saúde do Trabalhador. Esse modelo apresenta como características básicas: constituir-se em um campo em construção no espaço da saúde pública, tendo como objeto “o processo saúde e doença” dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho. Apesar das dificuldades teórico-metodológicas enfrentadas, busca compreender a saúde e o adoecer dos trabalhadores de modo singular, considerando o trabalho como organizador da vida social, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição e do fazer histórico.

Nessa perspectiva, os trabalhadores assumem o papel de “atores”, de sujeitos capazes de produzir uma experiência própria. Nesse modo de lidar com as questões de saúde relacionadas com trabalho, somam-se esforços na luta por melhores condições de saúde e trabalho, por meio da capacitação profissional, da produção do conhecimento, da inclusão dos trabalhadores como articuladores de uma política de saúde, da prestação de serviços e da fiscalização das exigências legais.

## 4 A Saúde do Trabalhador e o Sistema Único de Saúde (SUS)

No Brasil, a emergência da Saúde do Trabalhador ganhou destaque na década de 1980, período em que ocorreram movimentos importantes, como: VIII Conferência Nacional de Saúde, I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, Constituição Federal, Reforma Sanitária, culminando na criação do Sistema Único de Saúde.

Desse modo, a Saúde do Trabalhador constitui um dos campos de atuação do SUS, sendo entendida para fins dessa lei como um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilâncias epidemiológica e sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e à reabilitação da saúde destes indivíduos submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

Nesse contexto, a Saúde do Trabalhador abrange:

- a) assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;
- b) participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e dos agravos potenciais à saúde existentes no processo laboral; bem normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;
- c) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;
- d) informação ao trabalhador, à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

- e) participação na normatização, na fiscalização e no controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e em empresas públicas e privadas; revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais e a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou a saúde dos trabalhadores.

A partir do exposto, considera-se um avanço a Saúde do Trabalhador ter sido incluída na Lei Orgânica da Saúde, no entanto, ainda há muito para ser conquistado. Nesse sentido, a trajetória histórica da assistência ao trabalhador está em permanente processo de construção e seremos nós, trabalhadores deste país, que vamos ajudar a escrevê-la e a reescrevê-la.

Das diversas experiências em torno da luta por melhores condições de trabalho, uma, em especial, merece destaque, pois traz consigo um novo olhar, do próprio trabalhador, sobre os processos geradores de saúde em seu ambiente produtivo. O Movimento Operário Italiano (MOI) dos anos 1960 problematizou as condições a que estavam submetidos os trabalhadores, num cenário aparentemente ideal, com crescimento econômico.

Vamos conhecer um pouco sobre esse movimento e as contribuições dele para pensarmos como temos criado e como podemos criar estratégias de saúde no trabalho?

## **5 Experiências de análise do trabalho**

O MOI uniu intelectuais, trabalhadores e militância que se colocavam lado a lado para denunciar os baixos salários, o aumento da desqualificação e o desgaste psicofísico da mão de obra, apesar do pleno

emprego. Tal movimento foi à luta desejando mudanças nos modos de intervir nas situações de trabalho. Uma das reivindicações fundamentais era pelo direito de o trabalhador pesquisar de maneira autônoma o ambiente de trabalho e lançar proposições para sua transformação.

Ivar Oddone, um dos militantes do MOI, lança então a proposta das Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAP), que tem como base a problematização da organização do trabalho, com o objetivo de compreendê-la em toda a sua complexidade. Para isso, articulam o saber acadêmico de professores e pesquisadores de universidades com o saber que os trabalhadores produzem no trabalhar e no analisar a sua atividade. Instaura-se assim um tipo de pesquisa lateralizada, que faz surgir o trabalhador fora do esquadro de objeto de intervenção. O trabalhador pode então se fazer também trabalhador de si, ou seja, um sujeito que, ao produzir saber em relação ao seu fazer cotidiano, pode criar deslocamentos em relação às situações adoecedoras no trabalho.

A CAP anseia por afirmar o lugar dos trabalhadores e a destreza de seus conhecimentos como fundamentais para compreender e modificar o ambiente de trabalho. Para os pesquisadores é uma oportunidade de ir a campo e utilizar a experiência acumulada nos centros de pesquisa e, em conjunto, fazer emergir uma experiência científica muito mais ampla, coletiva e encarnada. A CAP nos inspira e nos oferece pistas de como fazer investigações nesse campo tendo como objetivo pensar coletivamente o trabalho, a fim de transformá-lo.

## **6 Os desafios atuais dos trabalhadores da educação**

A década de 1980 foi marcada por uma série de movimentos, pela redemocratização brasileira, que se faziam urgentes e vitais no Brasil pós-ditadura. A educação foi palco e território onde muitas dessas construções democráticas se desenrolaram. A defesa de políticas para garantir direitos sociais considerados básicos, como saúde e educação, vem acompanhada de uma defesa do caráter público dessas mesmas políticas e da necessidade

de as vivenciarmos de maneira democrática. Na educação vemos, por exemplo, a conquista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O processo de redemocratização do Brasil, nos anos 1980, é também marcado fortemente pelo questionamento dos modelos verticalizados e autoritários de gestão. O esgotamento da ditadura militar provocou mobilizações em torno do tema da gestão democráticas nas políticas públicas. A defesa dos direitos sociais e o desmonte daquilo que foi vivenciado no período da ditadura passavam pela compreensão da importância de garantir a participação popular na gestão dos serviços públicos. Essas mobilizações por gestão democrática surtiram efeitos com a criação de instrumentos de democratização: orçamento participativo; eleição para direção das escolas públicas; constituição de conselhos locais, municipais e estaduais de saúde, de educação e, posteriormente, de assistência social, com a participação assegurada de gestores, trabalhadores e usuários.

A garantia de espaços coletivos, de uma gestão mais coletivizada, segue sendo um desafio. Assim como continuam sendo desafios: a luta por melhores condições de trabalho, a luta por valorização salarial, a luta por salas de aula menos lotadas, a afirmação da autonomia do trabalhador na educação e sua potência de inventar modos de trabalhar e de atuar os processos de ensino e de aprendizagem, entre outros.

O espaço, que deveria ser de discussão sobre o trabalhar em educação e de como pensar maneiras de se articular a luta por melhores condições de trabalho, fica fragilizado pela sensação de impotência que muitas vezes o trabalhador vive por conta das relações que foram construídas historicamente, bem como pela raridade dos espaços de conversa e construção coletiva de estratégias.

As lutas e as mobilizações rememoradas neste texto evidenciam o potencial de saúde e de vitalidade que pode ser acessado no trabalhar, seja por meio dessas conquistas mais evidentes, como a LDB e as eleições para diretor nas escolas, seja nas miudezas cotidianas, como quando se consegue garantir espaços de conversa e de troca entre os

trabalhadores, ou se consegue inventar um outro modo de estar junto dos alunos e de fazer acontecer os processos de ensino e de aprendizagem, entre outros tantos. Não é interessante tentar olhar para essas conquistas como exercício de saúde na educação?

## **7 E nós? Como entramos nessa história? Como temos empreendido nossas lutas por saúde na educação no município de Serra?**

Vimos até aqui os diferentes modos pelos quais os trabalhadores empreenderam suas lutas por direitos e por saúde ao longo da história. Vimos também o modo como essas lutas acabaram impactando e gerando transformações nas políticas institucionalizadas de saúde do trabalhador. Falamos de experiências em outros países e em outros momentos históricos e que de alguma maneira se relacionam com o que temos vivido na política pública de educação nas nossas escolas, no nosso município.

É um desafio para os trabalhadores de hoje inventar modos de lidar com os adoecimentos que surgem nos processos de trabalho, bem como fortalecer os caminhos de saúde no trabalhar. Entretanto, se trata de um desafio bem-vindo, sobretudo porque, como vamos discutir em outros momentos dessa formação, há uma inseparabilidade entre trabalhar e viver, trabalhar e produzir saúde. É um desafio interessante habilitar no nosso trabalhar cotidiano uma experiência de fortalecimento; descobrir, nos encontros com nossos colegas de trabalho, com nossos alunos, com a comunidade escolar, no diálogo, na experiência coletiva, enfim, uma estratégia de fortalecimento e de saúde.

As pesquisas construídas pelo Pfist com os trabalhadores da educação pública no município de Serra apontam processos de adoecimento no trabalho que ganham notoriedade no alto índice de pedidos de afastamento. Perguntamo-nos, então: que espaços têm sido destinados a esses debates no contexto educacional por professores, sindicalistas e demais trabalhadores da educação? Como intervir nesse quadro de adoecimento?

Se entendemos que o adoecimento do trabalhador é indissociado do trabalhar, também os afastamentos podem ser pensados como efeito de processos no trabalho, tais como: práticas autoritárias de gerência, cansaço e insatisfação em relação às condições de trabalho, além da escassez de espaços de debate coletivo sobre as questões do cotidiano laboral. Então, se, nos processos de trabalho, podemos entender melhor o adoecimento do trabalhador, é também nesses processos que podemos fazer o enfrentamento a isso que adocece. É nesses processos que podemos produzir saúde.

É seguindo essa pista que o Pfist, juntamente aos trabalhadores da rede municipal de educação de Serra, lança mão, na passagem de 2007 a 2008, da experiência das Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs). Isso mesmo, as CAPs, que foram muito importantes para o movimento operário italiano, e sobre a qual falamos neste capítulo, no item “Experiências de Análise do Trabalho”. Nesse mesmo ano, o contato com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest/ES) propiciou o encontro com a experiência de implementação das Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosates), no campo da saúde no Espírito Santo. A partir desse momento, foi se colocando como horizonte de desafio o processo de aprovação de tal iniciativa como lei, na Câmara Municipal, na educação pública de Serra.

Dando um salto, chegamos a agosto de 2012, quando acontece o primeiro encontro do que viria a se constituir um Fórum de Trabalhadores da Educação, com participação também de alguns representantes de outras instituições públicas vinculadas à educação pública no município de Serra.

Por que não se ater aos trâmites burocráticos de aprovação de uma lei? Por que incluir professores e outros trabalhadores do município nesse processo? Isso não torna o processo mais complexo e demorado? Se já havia uma lei de Cosates pronta, pra que discutir com todo mundo de novo? Mas, afinal, por que um Fórum de Trabalhadores?

As Cosates não podiam ser simplesmente “copiadas” e implementadas, tal e qual ocorria na rede de saúde estadual, nos terrenos da

educação pública de Serra. Era preciso atentar para as especificidades da educação nesse município com suas geografias e problemáticas específicas e suas dinâmicas e potencialidades singulares.

Por se tratar de uma política que se pretende pública, era fundamental construir e cultivar um movimento amplo de debates e amadurecimentos com o coletivo de trabalhadores da educação. As Cosates teriam de ser então pensadas e implementadas coletivamente.

A aprovação da lei é uma grande conquista, de fato. Todavia, a lei só pode ganhar força na medida em que ocupar o cotidiano, o terreno da escola, a conversa entre os trabalhadores a quem se destina. Na medida, portanto, em que ela for efeito do trabalho do coletivo de trabalhadores e que, por isso mesmo, poderá gerar fortalecimento desse coletivo. A lei por si não garante que será possível sustentar o interesse e a disponibilidade dos trabalhadores em atuar nessas comissões, não garante que será possível sustentar a maturação das questões e uma visão mais ampla em relação aos processos de adoecimento que se fazem no trabalho.

Outras conquistas, por isso, foram buscadas e, em certa medida, já vivenciadas nesse processo do fórum e dos encontros nas escolas. Essas conquistas caminham em afirmar a luta cotidiana no fazer-educação e se mostram cada vez que tornamos possível caminhos de conversa e de cooperação entre educadores, aprendizes, comunidade escolar e outros atores da sociedade. Se a lei não garante, mas contribui, os desafios relativos ao fórum adviriam de efetuar esse processo como experiência efetivamente pública, aberta, partilhada, heterogênea. Como espaço de trocas, encontros e debates, o fórum auxilia a nos apropriarmos do processo de produção da lei para torná-la viva e interessante.

O fórum experimenta, ao longo dos anos, a participação de diferentes atores, diferentes ritmos e metodologias de trabalho. Aos poucos, foi ganhando força e tornando possível sustentar a aposta de habilitar na experiência de trabalhar na educação sua força de transformação, sua força de deslocamento em relação ao que se mostra como paralisante, de fazer surgir o fortalecimento da saúde do trabalhador como efeito do trabalhar. Com isso queremos afirmar que o fórum pôde ir



se fazendo política de saúde por permitir aos trabalhadores colocarem e manejarem as questões que se apresentam no cotidiano de trabalho como adoecedoras. O fórum, por vezes, efetivou-se como espaço em que trabalhadores da educação podem olhar para seu trabalho e sua saúde, avaliar, questionar, construir juntos caminhos e saídas.

O fórum, portanto, pode ser pensando já como experiência política que faz ver a saúde como questão que diz respeito a todos nós e que, estando diretamente articulada aos processos de trabalho, tem como sujeitos fundamentais na sua formulação os trabalhadores da educação.

Não seria isso uma experiência que nos aproxima do que seriam as Cosates?

### Para ler mais!

BARROS, M. E. B; HECKERT, A. L. C.; MARCHIORI, F. M. Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Uerj, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

CASTRO, M. R; SANCHEZ, M. (Org.). *Enfermagem na saúde do trabalhador: teorias e dicas*. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2015, v.

COGGIOLA, O. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *Revista Aurora*, n. 6, p. 11-20, 2010.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 4. ed. São Paulo: Global, 1981.

HOBSBAWM, E. J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARX, K. *O capital*. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1989. v. I, II.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, n. 25, p. 341-9, 1991.

PINTO, A. P. *100 anos de sindicalismo*. São Paulo: Lex Editora, 2007.

SEVCENKO, N. *A revolta da vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.





# ENTRADA “FORMAÇÃO”

Carmen Debenetti  
Danuza Fonseca  
Suzana Maria Gotardo

# COMO FAZER DA FORMAÇÃO UMA EXPERIMENTAÇÃO DE SAÚDE?

## 1 Um<sup>a</sup> palavras para começar a conversa...

Dissemos que este caderno de textos foi elaborado com a intenção de contribuir para a formação de trabalhadores que atuam na educação básica. E, ainda, que essa formação deve melhorar o meio de trabalho, ajudando a produzir saúde, conceito que discutimos na entrada “Produção de saúde”. Então, é importante agora trazer algumas pistas, ideias, reflexões que auxiliem a organizar um tipo de formação nas escolas em tal sentido.

Bem, no senso comum, sabemos que a escola é um lugar de formação. Mas o que isso quer dizer? Será que todos nós temos a mesma ideia do que seja formação? Será que existem vários modos de formação? Sendo assim, que tipo de formação pode produzir saúde, deixar-nos mais potentes e alegres em nosso dia a dia?

Para começar a adentrar nessas reflexões, perguntamos a pessoas com diferentes ocupações “o que é formação?”. Propomos que, antes de você ler as respostas que trouxemos aqui, anote o que lhe vêm à cabeça quando ouve essa palavra. Depois desse exercício, apresentamos algumas das respostas que obtivemos:

“Formação é quando você prepara algo para alguém, para acrescentar conhecimento a alguém.”  
**(Assistente Administrativo)**

“Formação é preparar alguém para alguma coisa ou se preparar para alguma coisa.”  
**(Bibliotecária)**

“Dentro do contexto educacional, nós entendemos formação como a capacitação de profissionais, o treinamento desses profissionais. E ela deve ser continuada.” **(Professor)**

“O que a pessoa faz para se qualificar para o mercado em que ela está inserida. Algumas pessoas levam isso continuamente, outras... não.”  
**(Professora)**

“É a pessoa ter estudo. É ter um certo grau de sabedoria das coisas, estar atualizado com o andamento dos conhecimentos gerais, de economia, de política...”  
**(Auxiliar de Serviços Gerais)**

“Formação? É uma qualificação?... Não sei explicar o que eu sei... quando eu penso em formação, eu penso que pode ser qualificação também... Formação é um degrau a mais.”  
**(Secretária)**

Como podemos ver, um termo que, a princípio, nos é tão corriqueiro acaba assumindo diferentes sentidos para as pessoas.

Sentidos até mesmo controversos, contraditórios. Então, antes tudo, é preciso assumir que estamos partindo de uma noção específica de formação. Noção essa que pretendemos afirmar ao longo deste caderno e da qual temos nos utilizado no trabalho desenvolvido com as Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosate) no município de Serra/ES.

## 2 De que formação estamos falando?

Algumas explicações que apresentamos sobre o que é formação trazem o sentido de “capacitação”, ou seja, um processo que tornará as pessoas capazes ou mais capazes para fazer, entender e/ou agir sobre alguma coisa. Vamos pegar então a ideia de processo. Nesse caso, processo de feitura de nós mesmos, de criação e de transformação: de gestos, posturas, pensamentos, concepções, atenção, percepção...

Nesse sentido, formação diz respeito a diferentes processos de constituição de modos de existência, os quais podem se dar nas vivências com familiares, amigos e vizinhos, no meio de trabalho, na apreciação de uma obra de arte, na leitura de um livro, numa discussão com um desconhecido e, até mesmo, na escola!

Pensemos, por exemplo, em um professor que continua sem resultados satisfatórios para alfabetizar um de seus alunos, mesmo após utilizar todos os recursos aprendidos na faculdade. Ele decide, então, olhar o que não se olha, pôr-se a si mesmo em questão e escutar o aluno, no intuito de apreender sinais que possam lhe dar elementos

Sentido intuído é um termo usado por Kastrup e Passos (2014) para designar um entendimento corporal que entra em contato com a dimensão afetiva, intensiva e não lógica; entendimento esse que é capaz de produzir transformações no próprio sujeito e nos mundos que o perpassam.

para dirigir seu ato de ensinar. Ele já pode dar-se por satisfeito quando perceber o entusiasmo do aluno, seus olhos brilharem ao sair em busca de algo: uma letra, uma palavra, ou apenas o próprio entusiasmo. Alegria necessária para desencadear um processo de construção de conhecimento em ambos. Professor e aluno ampliam sua potência no ato de ensinar e aprender.

Assim e novamente: formação como criação e, desse modo, como atividade saudável, que produz vida. Criação é um mergulho na experiência porque é com o corpo que uma questão se faz. Fundimo-nos naquilo que lemos ou ouvimos e prolongamos seu movimento, assim como o artista é capaz de identificar o ato de ver com o ato de criar. Esse sentido intuído tem a função de nos fazer entrar em comunicação direta com as coisas do mundo e nós mesmos. Assim, estética já não remete mais a uma disciplina intelectual que busca a natureza da beleza. Consiste então em um modo livre de ação; conduta vital que pode ser artística. Falamos então de uma formação estética, criadora, transformadora.







### Lixo extraordinário

O documentário Lixo Extraordinário (MUNIZ, 2010) relata o trabalho do artista plástico brasileiro Vik Muniz com catadores de material reciclável em um dos maiores aterros controlados do mundo, localizado no Jardim Gramacho, bairro periférico do Rio de Janeiro. Material que, por meio das experimentações daqueles catadores, transformou-se em matéria-prima para arte em um movimento de invenção de si e do mundo.

Sendo assim, há possibilidades formativas em todas as experiências que partilhamos – ou seja, elas não estão restritas a um curso universitário, de atualização ou aperfeiçoamento. E essas experiências contribuem de alguma maneira para produzir uma nova realidade, uma modificação em nós e no mundo. Então, se a gente se forma o tempo todo, imaginem quando sistematizamos tempo e espaço para isso! Quando nos reunimos e planejamos ações específicas com caráter formativo! Essa é a motivação que deveria constituir todo o campo de saberes e fazeres da educação. Ou seja, há a aposta de que alguns meios, conteúdos, procedimentos e materiais vão potencializar a aprendizagem de algo. É isso que geralmente compõe a ideia de “curso de formação”: o que vale tanto para o que chamamos de ensino fundamental, ensino médio, graduação, cursos de aperfeiçoamento ou atualização, cursos de pós-graduação, formação continuada etc. Mas, para isso, o exercício fundamental e primeiro que se coloca é o de refletir e definir: O que formar? Como formar? Quais estratégias deverão ser empreendidas para isso? Afinal, como dizem nossos entrevistados, isso requer “preparação”!

### 3 E o que esperamos de um curso de formação?

Nossa proposta aqui é a organização de momentos formativos no meio de trabalho. E para quê? Para produzirmos saúde nesse meio! Em outras palavras: saúde é a finalidade desse exercício de formação; ou seja, a construção de uma autoria que diminua sentimentos de impotência e apatia e amplie, assim, o poder de agir do trabalhador na educação. É nosso princípio ético. É tal princípio então que deve balizar as escolhas e as estratégias para a operacionalização do curso ou, em outras palavras, seu método.

É costume entre nós pensar em um “curso” como um conjunto de procedimentos e uma organização bastante específicos: duração e carga horária previamente definidos; conteúdos elencados num currículo; professores, moderadores, facilitadores, ou outro nome que indique pessoas conduzindo tal processo... Tudo isso é importante quando consideramos a necessidade de organizar um espaço-tempo que possa coexistir com as outras atividades da escola: aulas, planejamentos, reuniões etc. Mas não vamos pensar aqui no curso como “grade”, algo duro, que serve para prender. Pensemos como o “curso” de um rio, que possui a clara direção para o mar (ou um lago, um outro rio...), mas que vai sempre sofrendo modificações – mesmo microscópicas – pela ação ininterrupta do meio! No caso dos trabalhadores, produção de outros modos de pensar, viver, trabalhar.

O método é o da experimentação. Rompemos, com isso, com a ideia de que a ação formativa seja um ato de transmissão de conhecimentos ou um conjunto de práticas pedagógicas planejadas para se alcançar resultados de aprendizagem previamente determinados. Aprender é problematizar, colocar questões práticas – introduzir processos de experimentação. A aprendizagem se dá primeiro na sensibilidade. “É esta a Educação dos sentidos”, diz o filósofo Deleuze (2009, p. 237).

Assim, por exemplo, estudar no curso a noção de “risco no trabalho” implica discutir, investigar e analisar o que se constitui como risco na própria escola em que se trabalha: conversando com os pa-

res, analisando as atividades de trabalho, o ambiente físico, os instrumentos existentes... Com isso, experimentar a criação de estratégias de enfrentamento a esses riscos: a realização de ações específicas, a criação de outros modos de organização do trabalho, a mobilização para reivindicações em pautas que extrapolam o poder de decisão da comunidade escolar.

Desse modo, afirmamos a formação como experimentação. Formação-experimentação como espaço para perceber, estranhar, deslocar-se, devir, inventar, criar que nos propõe um conhecimento de nós mesmos e do mundo e nos faz experimentar a possibilidade de construção do conhecimento, de invenção de novas possibilidades. Esse é o exercício de produção de saúde que vai se dando na duração do processo formativo.

Nesse sentido, a roda de conversa é um dispositivo poderoso! É por meio de um exercício franco de conversa que produzimos uma grupalidade, ou seja, um sentimento de pertencimento coletivo e um modo de agir em conjunto. Nesse caso, pertencimento coletivo a um meio de trabalho; modo de estar junto que permite sair da esfera individual para um plano de produção comum de modos mais saudáveis de trabalhar.

A experiência, nesse sentido, deve ser vivida em seu aspecto criador de si e do mundo. É pela abertura que se dá na experiência da formação que se produz modos de compartilhamento de sentido entre os participantes e possibilidades de transformação do cotidiano. Formar e cuidar da experiência tornam-se, assim, dimensões inseparáveis.

Convidamos então para um movimento para aprender com o mundo. Entendemos que não é pela competência de um sujeito central na ação e na roda que a

O uso da ideia de dispositivo é inspirado no texto de Deleuze: “O que é um dispositivo?”. Segundo esse autor, dispositivo seria “[...] uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de naturezas diferentes e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio” (1990, p. 155).

formação se dá. A aprendizagem circula no coletivo; o tema formação de trabalhadores se explica com a criação de um coletivo. Este tem o desafio de trazer ao centro da “roda” as tramas vivas que compõem o território escolar. Apostamos que os trabalhadores, na medida em que habitam o território sensível constituído de experiências, possam para elas dirigir seus olhares e fazer possível a transformação daquilo que parece tão estável. Desse modo, outras formas de atuação podem ser inauguradas, vozes silenciadas podem vir à tona e gerar inúmeros outros efeitos. Então, é a própria saúde que emergirá dessas narrativas! Assim, os trabalhadores têm em mãos possibilidades de produção de si e de muitos mundos, constituindo-se como protagonistas de seu próprio trabalho e, conseqüentemente, de sua própria saúde.

Sabemos, contudo, que essa perspectiva ganha contornos bastante específicos no campo da educação formal. Afinal, como é difícil juntar os profissionais que trabalham na escola, não é mesmo?! Um problema que logo aparece quando, por exemplo, tentamos organizar uma reunião, é o do estabelecimento de um horário comum aos trabalhadores, sem que isso esbarre na “liberação” das turmas de alunos. Percebe-se rapidamente que a própria organização do espaço escolar (em salas, turmas, turnos, aulas) imprime um ritmo em que o trabalhador é impedido a lidar com as adversidades do dia a dia solitariamente. Momentos de análise coletiva dos processos de trabalho são raros ou inexistentes. Por isso apostamos na criação de espaços de formação que propiciem outra lógica de trabalho! Um meio de viabilizar um canal aberto de escuta, partilha e produção de experiências comuns, no qual os impasses do dia a dia possam ser tomados como problemas coletivos que requerem também soluções coletivas.

O “curso”, nesse caso, não deve estar pautado em modelos político-pedagógicos ideais, abstratos e dissociados do cotidiano dos processos de trabalho. O processo de trabalho é a força que impulsiona o curso: é a partir dele, por meio dele e para transformá-lo que se empreende a ação formativa.

## 4 Formação-experimentação no e pelo trabalho

Várias propostas formativas são estruturadas com vistas à uma “formação para o trabalho”, estabelecendo uma distinção e uma sequência temporal ideal para tais processos. Disso desdobramos três conclusões: a) que a formação deve vir antes do trabalho; b) que há uma formação que prepara adequadamente para o exercício do trabalho; e c) que formação e trabalho são coisas diferentes e separadas.

Ao contrário disso, as noções que procuramos trazer neste caderno apontam para uma outra perspectiva na compreensão da relação formação e trabalho, por meio do princípio de que o trabalhador é também gestor, autor e um agente fundamental na construção do conhecimento. O conhecimento se constrói numa consistência experiencial e concreta, que constitui um desafio a ser permanentemente enfrentado, como salientam os psicólogos Virgínia Kastrup e Eduardo Passos (2014).

Com tal compreensão, a aposta que fazemos é a da formação no e pelo trabalho, tendo como objetivo a construção de momentos formativos em que o trabalho concreto na escola seja o disparador dos elementos abordados, estudados, debatidos. Apostamos ainda que um curso de formação possa se constituir um importante disparador de análises coletivas do trabalho, contribuindo para a identificação dos problemas que se colocam no meio de trabalho e para a construção de formas de enfrentamento aos constrangimentos, por meio da operacionalização de uma dinâmica pautada no diálogo – como mencionado. Nossa perspectiva de formação em saúde não pode prescindir desse exercício coletivo!

A aposta é, portanto, de formação-experimentação, tendo como objetivo a construção da realidade como processo criativo e não algo já dado a conhecer. Conhecê-la a partir de um processo de construção. Ter um mundo nas mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento. É intervir sobre a realidade. Criar modos de fazer, perceber, sentir, mover-se, conhecer, pensar que não se separam do mundo e da articulação com afetos em trânsito.

## 5 Algumas pistas para continuar a conversa

Como tentamos explicitar até aqui, existem vários modos de processos formativos acontecerem. Eles são inerentes à própria atividade de trabalho. Entendemos, todavia, que é importante investir em alguns espaços coletivos de formação visando a ações direcionadas à produção de saúde. Nessa direção, o dispositivo curso pode se delinear como uma estratégia potente. Para tanto, é preciso criar um método de ação que venha ao encontro dos pressupostos que apresentamos sobre saúde, trabalho e formação. Assim, entendemos que seja possível empreender um curso que amplie as possibilidades formativas, pautando-se nas seguintes premissas:

- a) planejar estratégias para o desenvolvimento do curso, sem, contudo, apoiar-se num modelo rígido, dando passagem aos imprevistos, variações, novas composições e demandas; ou seja, é preciso acompanhar um caminho que vai sendo construído com a produção do coletivo que participa desse curso;
- b) fomentar espaços de diálogos, conversas, debates, os quais podem se constituir um exercício de produção coletiva de estratégias de intervenção no meio de trabalho;
- c) produzir uma dinâmica que dê abertura ao exercício de criação e protagonismo dos trabalhadores;
- d) criar meios para a formação de uma postura que dê passagem à ampliação de redes de cooperação, redes que extrapolem caminhos e entradas corriqueiras e já instituídas, possibilitando conexões com outros saberes e fazeres, com outros serviços que possam compor com a luta na produção de saúde;
- e) trazer os conteúdos referentes ao meio de trabalho como elementos disparadores do movimento do curso: impasses, problemas, prazeres, desafios, angústias, conquistas... O curso,

nesse viés, também não pode estar descolado de outros processos que interferem na vida de quem dele participa, pois é preciso trazer a um plano de análise coletiva as questões que entremeiam o dia a dia dos trabalhadores.

Foram essas prerrogativas que mobilizaram o trabalho de formação empreendido com as Cosates de Serra e que, pelos resultados propiciados, nos inspiraram a pensar um caderno de textos visando a uma ampliação desse debate a várias outras escolas.

Finalizamos nosso exercício de reflexão deste texto com a ideia de que um curso é nada mais que uma aposta. Uma aposta pela qual nos organizamos e nos planejamos. Uma aposta que nos confere uma direção, mas que deve comportar a atenção necessária aos imprevistos e às variações que são inerentes a tudo que é vivo. Não há garantias a princípio, mas uma grande aposta nas potencialidades criadoras das pessoas que dele participam!

### Para ler mais!

#### Sobre formação:

HECKERT, A. C. L.; NEVES, C. A. B. Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção de coletivo. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. p. 13-27.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um comum. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 2014. v. 2.

### **Sobre aprendizagem:**

DELEUZE, G. *O que é um dispositivo?* Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. [2016?] Disponível em: <<http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. O que significa aprender? In: \_\_\_\_\_. *Diferença e repetição*. São Paulo: Edições Graal, 2009. p. 237-239.

\_\_\_\_\_. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KASTRUP, V. Aprendizagem, arte e invenção. In: LINS, D. (Org.). *Nietzsche e Deleuze*. pensamento nômade. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2001.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem, arte e invenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun, 2001.

### **Sobre a estratégia da conversação:**

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. In: PINHEIRO, R.; Mattos, R. A. (Org.). *Construção da integralidade*: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: Ed. IMS, 2003. p. 49-61.







# ENTRADA “REDES”

Clever Manolo Coimbra de Oliveira

Hevarcy Brito

Jomar Zahn

# FAZER CONEXÃO, COMUNICAÇÃO: O TRABALHO E A ESCOLA EM REDE

## 1 Tecendo redes

Sou porteira, merendeira, cuidadora, mãe... [risadas]. Sou faz-tudo aqui, na escola. A gente acha que escola é lugar tranquilo, que só tem aluno e professor... Que nada! Fico o dia inteiro abrindo e fechando esse portão. Menina, não paro um segundo. Na hora de fazer a merenda e ajudar a servir as crianças tem de sair correndo, aí o povo fica aqui no portão. Eta gente apressada. Escola é o lugar mais movimentado do mundo, acho que passa mais gente aqui por dia que no terminal de Transcol...

Já reparou quantas pessoas diferentes, com distintos interesses, circulam pela escola, ou com as quais entramos em contato em função do trabalho na escola? Pais que levam e buscam seus filhos; famílias que vêm para conversar; funcionários de empresas terceirizadas que levam alimentos, material de limpeza; pessoas da Secretaria de Educação que vêm para cursos de formação; pessoas do Conselho Tutelar; representantes do Ministério Público; representantes de Associações de Pais

ou Conselhos Municipais. Até mesmo pessoas de outras organizações com as quais entramos em contato por telefone, e-mail ou mesmo indo até aos seus locais de trabalho.

A escola é meio de passagem e efeito que se constitui nessas relações. É, ao mesmo tempo, a estrutura física, o corpo de profissionais e o movimento que se dá nos encontros dos atores, o modo como os saberes se relacionam e produzem questões que engendram esse meio. Na composição da rede de serviços, podemos considerar a importância do coletivo na confecção da corrente intelectual e de camaradagem dos profissionais em diferentes serviços. A produção dessa rede se dá por conexão, conversação, e esse processo é também, por sua vez, produtor de saúde nas redes que tecemos no trabalho na escola.

### Para ler mais!

TEIXEIRA, R. R. As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público. Working-paper apresentado na Research Conference on: Rethinking “the Public”. In: *Public Health: Neoliberalism, Structural Violence, and Epidemics of Inequality in Latin America*. Center for Iberian and Latin American Studies, University of California, San Diego, 2004 April

Consideramos que “correntes intelectuais” e de “camaradagem” são fundamentais para o funcionamento da escola, porém de igual importância são os tensionamentos, os conflitos, os enfrentamentos, as imposições, o autoritarismo, as centralizações na gestão, as resistências aos modos de controle, as estratégias de coletivização das questões etc. Ou seja, quando pensamos na escola em rede, não falamos apenas de todas as conexões, ou mesmo de uma “camaradagem” que reúna os atores, mas de um emaranhado de forças e formas que se entrecruzam produzindo uma escola. Pensando por essa via, escola é ao mesmo tempo um efeito dessas redes e os movimentos que a perpassam.

É, escola não é só flores não, viu? Eu que fico aqui, no portão, todo dia vejo. É um entra e sai de gente que não para. Tem de tudo. A gente passa por cada uma! Esses dias estavam reformando a escola e a criançada já viu, né? Um menino pegou o paralelepípedo e jogou no quintal do vizinho, que veio dizer que, na próxima, ele vai arrancar os carros dos funcionários estacionados na rua. Mas tem coisa boa também... Tem o pessoal do Cerest que veio aqui faz um tempinho falar das nossas garantias... (PARTICIPANTE)

Nesse sentido, não basta pensar uma escola como parte da rede escolar com as unidades de ensino do município interligadas à Secretaria de Educação. A aceção de rede que adotamos envolve as relações que se produzem no dia a dia, as questões econômicas, as dificuldades e os desafios, o modo como os trabalhadores, os pais, os alunos e a comunidade se relacionam, as surpresas e as potências...

### Para ler mais!

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011

Uma boa proposta para pensar essa rede é analisar como ela se faz: por conexão, contato, com quem nos comunicamos para uma tarefa ou uma ação que se dá em relação com outros atores que produzem caminhos, que traçam as conexões que produzimos. Assim, em vez de pensar em uma rede escolar que parta de uma Secretaria, propomos pensar em uma rede composta de relações, conexões que partem de linhas diversas em direção a outras, alinhavando tramas que compõem mapas existenciais na escola.

As professoras que estavam nessa tal comissão de saúde foram ontem mesmo lá no postinho. Menina, e você sabe que elas conseguiram combinar ginástica laboral para o pessoal da escola? Até eu vou fazer!!!! Tô gostando desse negócio de comunicar para ter saúde. Ficar quietinho só cuidando do que é o seu não dá certo mesmo não, todo mundo precisa de todo mundo (PARTICIPANTE).

A rede que apresentamos aqui não tem centro, comando, não tem hierarquia. Ela se faz com movimento, isto é, com o modo como as linhas se conectam, produzindo zonas de contato em razão de demandas, situações, problemas, projetos que fazem parte do trabalho na escola. O que conecta essas linhas que produzem rede? Podemos dizer que conexão é construção de vínculos, é constituir um plano de abertura que viabilize o diálogo. Desse modo, as linhas se conectam por comunicação, por conversa, e vão produzindo a rede.

Quando o portão da escola abre antes das 7h da manhã ela já está em funcionamento. Fazem parte dela a secretaria e seu modo de gestão, as famílias dos alunos, os alunos, o posto de saúde do bairro, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Conselho Tutelar, o Centro de Formação de Professores e todos que se movimentam, fazem conexão, se articulam e produzem respostas e questões para a confecção da merenda, a segurança, o programa de formação dos professores.

## **2 Comunicar e produzir saúde**

Pensar nesse modo de funcionamento em rede é pensar, entre outras coisas, nos processos de comunicação que produzem territórios, zonas de convergência e divergência, espaços comuns onde essas conexões se realizam. Da mesma maneira, produzimos histórias, políticas de educação e de saúde. É por meio dessas conexões que as políticas são recebidas, comentadas, adaptadas, moduladas, implementadas etc.

Pois é, o povo se uniu e conseguiu derrubar aquela lei lá, que removia professor que tirava mais de 60 dias de atestado. O povo foi para rua mesmo. Tinha gente que não acreditava que ia mudar, não. Ouvi umas professoras falando que tinha tanta coisa ruim que vem de cima que eles aqui embaixo não iam mudar nada... Mas desta vez foi diferente! Vi professor subindo em trio elétrico para falar, o povo do sindicato direto aqui, na escola... E não é que mudaram? Tem muita coisa que o povo das escolas aceita quieto, mas tem coisas que eles dão um jeitinho por aqui mesmo e tem coisas que tem que brigar. E foi bonito de ver gente que nem se falava direito indo para rua, para frente da prefeitura... Gostei de ver (PARTICIPANTE).

### **Veja mais sobre esse tema na entrada “Conversas Preliminares”**

Conversas Preliminares: sobre a importância de pensar uma Política de Atenção à Saúde do Trabalhador na Educação.

Será que também produzimos redes quando falamos em saúde do trabalhador na educação?

Como já vimos nos textos anteriores, saúde aqui também tem um sentido diferenciado: é mais que ausência de doenças. Falar em saúde no trabalho é falar do que as pessoas fazem para resolver os problemas e não paralisar com eles, é falar do modo como, por meio de conversa e conexão, podemos agir, encontrar soluções, elaborar estratégias para driblar as dificuldades, e como nos sentimos ao fazer isso.

Quando produzimos movimentos no sentido de coletivização das questões, sustentando a multiplicidade de vozes que perpassam a escola, ampliando os graus de comunicação entre os diversos atores pautados por uma lógica não hierárquica, mas multidimensional, estamos trabalhando no sentido de produzir redes quentes.

### Para ler mais!

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Clínica, política e modulações do capitalismo. *Revista Lugar Comum*, n. 19-20, p.159-171, 2004.

Redes quentes são aquelas em que as conexões se efetuam por alianças e não por hierarquização, como é o caso das redes frias. O desafio que se coloca é produzir redes que ampliem exercícios de autonomia e democratização na escola. Para isso é necessário que a própria escola seja tomada como uma multiplicidade, assumindo os riscos que isso pode acarretar. Ou seja, como multiplicidade, ela produz bifurcações que levam a outros nós, que levam a outros e voltam sobre eles mesmos.

A constituição de espaços de conversa sobre os processos de trabalho pode movimentar, produzir relações, modos de gestão do trabalho que possibilitem mais autonomia e fazer com que as pessoas consigam, juntas, pensar, criar e encaminhar estratégias de enfrentamento aos desafios do nosso cotidiano de trabalho.

Então, partindo por esta via de funcionamento em rede, será que dá para fazer esses espaços de conversa só com os membros da escola? Para produzir saúde, será que temos que ampliar nosso raio de ação, falar com quem precisamos nos comunicar, agir juntos, fazer conexão?

Lembramos que a comunicação não é algo que está entre as pessoas como uma bola entre dois jogadores, mas também faz parte do que somos. Comunicar também é produzir a si mesmo. Quando nos comunicamos para produzir saúde nas escolas, estamos possibilitando nova sensibilidade aos arranjos de fala, às pessoas e às instituições que compõem a rede. É sair do esquema vertical (comunicação que vem de cima para baixo) e também do esquema horizontal (comunicação somente entre pares) para pensar transversalmente a comunicação que empreendemos na escola: em todos os sentidos e direções. Todo mundo em rede de conversa.



Para sustentar essas questões, vamos avaliar as seguintes situações: o que acontece quando algum trabalhador da escola mexe com produtos químicos de limpeza e passa mal? Ou quando algum acidente ocorre dentro da escola com um trabalhador? Com quem nos comunicamos nessas ocasiões?

Para prevenir esses acidentes ou adoecimentos pelo trabalho, com quem podemos conversar? Quais conexões podemos estabelecer? Em outras palavras: qual rede precisamos aquecer para potencializar a produção de saúde do trabalhador em nossa escola?

Em uma experiência de Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação na ocasião da constituição do projeto de lei que cria tais comissões na rede escolar municipal de Serra/ES, as equipes dessas escolas relacionaram como possíveis parceiros: Sistema Único de Saúde (SUS), Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo (Cerest), Departamento de Medicina e Saúde do Trabalho (DMST/Serra), Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat), Conselho Municipal de Saúde (CMS), Secretaria de Educação (Sedu/Serra), Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Unidade Básica de Saúde (UBS), Instituto de Previdência de Serra (IPS/Serra), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), Sindicato dos Servidores do Município da Serra (Sermus); Corpo de Bombeiros, Centro de Formação de Professores... Além dos alunos e de suas famílias, associações e outras organizações presentes na região. Muita gente? Todavia, é preciso um cuidado: não basta entrar em contato superficial para fazer rede, é preciso também ação em conjunto para que essas conexões sejam fortes.

**Veja mais sobre esse tema na entrada “Uma Experiência”**

Experiência Cosate: as pegadas frescas de uma caminhada.

Um termo bastante útil aqui para falar do trabalho da comunicação na produção de saúde é o da produção de comum, dos autores Michael Hardt e Antonio Negri. Em vários livros sobre o assunto, esses autores abordam a constituição de comum por comunicação e cooperação, como efeito de um compromisso, de uma relação que engendramos não por hierarquia, mas por engajamento, por afecção.

### Para ler mais!

HARDT, M.; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. El proyecto de una revolución del común. Madrid: Editora Akal, 2009.

\_\_\_\_\_. *Multidão*: guerra e democracia na era do Império. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

A rede que funciona para promover saúde do trabalhador na educação é constituição de comum, potencialidade coletiva de singularidades. Em outras palavras: não é “eu” e os “outros”, somos nós – com nossas diferenças, agindo em comum, comunicando para convergir. É a capacidade de um coletivo de agir sobre redes hierárquicas, sobre o cotidiano da escola, com os recursos de que dispõem.

Considerando a aposta de um coletivo que discuta os processos de trabalho na escola, vemos que esta tarefa de articular conversa com e entre as organizações que têm interesse na produção de saúde do trabalhador na escola é extremamente importante. Se a produção de saúde se faz coletivamente, então a comunicação, como ferramenta que quebra os isolamentos, que une e desloca, que potencializa novas sensibilidades, é também a ferramenta da qual esse coletivo pode se servir para produzir diálogos, sair do isolamento que pode despotencializar o trabalho na escola e produzir adoecimento.

### 3 Fazendo nó sem dar ponto final

Podemos dizer que aquecer essa rede, aproximar e fazer próximas essas pessoas e organizações requer abrir canais de comunicação, entrar em contato, fazer conexão para ação em conjunto. Mais que gerar consenso, a comunicação na produção de saúde do trabalhador na educação funciona melhor quando põe em questão tensionamentos, quando constitui redes de conversações.

Não existe um modelo, um formato ou uma receita pronta para aquecer redes, para produzir conversações em todos os sentidos e direções, porém, apostamos em movimentos em meio às redes ligadas à saúde do trabalhador em organizações públicas como espaço de produção coletiva de vias de comunicação com os trabalhadores na escola. “Fizeram um caixinha de sugestão, mas ninguém escreveu nada. Aí inventaram um tal questionário, uma pesquisa, que acho que mostrou o que todo mundo já sabia, mas pelo menos as pessoas falaram, começou uma conversa...” (PARTICIPANTE).

Todas as redes têm suas singularidades. Por exemplo: o funcionamento da previdência e das outras garantias do servidor público funciona de maneira diferente da dos trabalhadores de empresas privadas. Assim, nas empresas privadas, quando o trabalhador adoece em razão do seu trabalho, ele tem um caminho a percorrer e instituições para buscar de modo que isso não interfira em seu tempo de aposentadoria. O trabalhador na educação pública possui o mesmo direito, mas tem outros caminhos e outras instituições com os quais deve dialogar para preservar essa garantia. Porém, isso não impede o diálogo e o fortalecimento dos coletivos de trabalhadores: ao contrário, essas diferentes formas de gestão previdenciária coexistem na escola e suas diferenças não devem ser desconsideradas, mas debatidas, questionadas, trabalhadas coletivamente para que suas especificidades não produzam isolamento.

Ainda trabalhando com o conceito de rede, é bom lembrar que redes não possuem nem início nem fim, não têm porta de entrada e nem de saída. Então, aquecer rede, estabelecer conexão implica tam-

bém olhar para a própria escola, para a rede de conversação que produzimos com os colegas de trabalho: como podemos alargar e fortalecer essas conexões? Para promover saúde, que ações podemos desenvolver em conjunto? Existe um ponto de partida ou será que a partida já foi dada há tempos e devemos apenas tomar uma direção?

Ninguém melhor do que o próprio trabalhador da escola para apontar os riscos que seu trabalho envolve, o que pode ser melhorado a partir de outra organização das suas atividades e o que precisa de um envolvimento ampliado para produzir mudanças. Constituir redes de conversações sobre saúde e trabalho na escola, produzir comum com as várias forças que transitam por ali de modo que produza saúde, só é possível a partir dos próprios trabalhadores.

É, o pessoal também é assim: reclama, reclama, reclama – mas não faz nada. Ficam esperando salvador da pátria, que alguém lá, da Secretaria, resolva alguma coisa se eles nem sabem como estas escadas atrapalham, como estas pias são baixas para lavar vasilha e dá uma dor nas costas... Ou a gente começa a conversar por aqui para a mudança chegar onde tem que chegar ou não muda nada mesmo, não... (PARTICIPANTE).

É importante lembrar que o modo como o coletivo de trabalhadores que coloca seus processos de trabalho em análise pode fazer grande diferença na sua capacidade de transformar a realidade, de ampliar seu poder de agir.

### Para ler mais!

CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

Quando realizamos uma ação e estamos vinculados aos objetivos dela – ou seja, quando ela faz sentido para nós –, ganhamos vitalidade e nos sentimos bem. E quando esta vitalidade na realização da ação resulta em eficácia, esse sentimento se prolonga. Assim, os espaços de conversação que criamos para dialogar sobre os processos de trabalho, as redes que tecemos para driblar os problemas são produtores de saúde. Conversar, combinar objetivos, resolver as questões que podemos resolver ou nos mobilizarmos para aquilo que depende de mais gente é sair do imobilismo, é agir para produzir saúde. Mas é importante estar atento: o poder de agir resulta da ação de um coletivo, do engajamento e do entrosamento deste.

O funcionamento em rede também implica funcionamento transversal: em todos os sentidos e direções. Quanto maior a capacidade de conectar-se com todos os trabalhadores e com as forças, instituições e órgãos que se conectam com a escola, maior também será a capacidade de propor caminhos transversais e de fazer análises ampliadas dos modos de funcionamento dos processos de trabalho.

Dialogar com todos os trabalhadores da escola de uma maneira que crie envolvimento e mobilização é um desafio dos coletivos que querem produzir saúde neste processo de constituir rede. Os espaços de conversação gerados são abertos, sem caminho definido de antemão: é fazer os meios de comunicação que produzimos no coletivo de trabalhadores funcionar como mecanismo de conversação ampliada, em vias múltiplas, de um lado para outro e aberto a mudanças de direção e sentido, produzindo as vias ao mesmo tempo em que nos comunicamos.

Assim, mais que pensar em um jornalzinho ou cartaz, é pensar o que e quem movimentamos para produzir o jornalzinho, quem mobilizamos para construir o cartaz e como ele afeta as pessoas que passam por ele. As vias de comunicação não são tanto os materiais, mas o modo como são feitos e o que despertam nas pessoas. O formato é apenas um mecanismo; o seu efeito ao colocar as pessoas para conversar, para produzir comum é o mais importante. Dialogar com todos esses parceiros na rede implica ouvir, convidar à participação, abertura para conversa e composição.

Mas essa atitude de ouvir, às vezes, é confrontada pelo ritmo da rotina escolar, o desencontro de horários, a pressa, a correria dos que precisam ir de uma escola à outra... Daí que ouvir como atitude requer mais que disposição, requer ação também.

A gente nem conhece todo mundo que trabalha na escola. Veja só, eu já tinha visto a colega, mas nem conversava com ela. Não é porque a gente não se gostava, mas sim porque a gente nem se encontrava... (PARTICIPANTE).

Aqui é uma correria danada, o pessoal chega correndo, não consegue conversar nem no intervalo e depois tem de sair correndo porque trabalha em escolas diferentes... A gente não consegue nem saber da vida do outro... Até reunião é correria, porque eles acham que professor só trabalha quando está dentro da sala de aula... (PARTICIPANTE).

Desse modo, que estratégias podemos empregar para ampliar a conversa com tantas pessoas e organizações diferentes? Do que podemos lançar mão como dispositivo de conversa, como aquilo que pode disparar um diálogo? Caixinhas de sugestão? Pesquisa com os colegas? Semana da Saúde do Trabalhador na Educação? Cartazes? Reunião?

Depois que veio um pessoal do Cerest aqui e todo mundo participou, a coisa melhorou, percebi algumas diferenças. Não é porque a gente não tem Cipa que não tem de conversar sobre saúde, segurança... As pessoas estão conversando mais, a reunião com todo mundo para falar do nosso trabalho, do que nos adocece e do que produz saúde fez diferença... (PARTICIPANTE).

Aquecer a rede não é receita de bolo: os ingredientes e o modo de fazer não estão dados. Não é possível repetir exatamente o passo a passo de uma experiência de uma escola em outras. Assim como não dá para saber de antemão quem faz parte da rede, quem pode a vir fazer. Este também é um trabalho a ser realizado: reconhecimento dos parceiros e produção de outras vias de comunicação.

Assim sendo, podemos encerrar este texto sugerindo duas questões para que o grupo discuta e estabeleça ação a partir delas:

- a) Quais são os equipamentos sociais existentes na região? Como podemos entabular conversa, tentando compor com eles um modo de agir que fortaleça as conexões, que torne possível uma ação conjunta para produção de saúde no trabalho?
- b) Quais estratégias de comunicação na escola e com os parceiros podemos criar (e produzir comum), de modo que abra canais e espaços de conversa nos quais estabelecer relação é mais importante do que transmitir informações fechadas, constituindo espaço de escuta e composição?

### Para ler mais!

BARROS, M. E. B; HECKERT, A. L. C; MARGOTTO, L. (Org.). *Trabalho e saúde do professor: cartografias no percurso*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSEMBERG, D. S; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. (Org.). *Trabalho docente e poder de agir: Clínica da Atividade, devires e análises*. Vitória: Edufes, 2011.

SOARES, M. C. S. *A comunicação praticada com o cotidiano da escola: currículos, conhecimentos e sentidos*. Vitória: EspaçoLivros, 2009.



# ENTRADA “VIGILÂNCIA EM SAÚDE”

Alexandre Custódio Pinto

Liliane Graça Santana

Luzimar dos Santos Luciano

Maria Angela Pizzani Cruz



## VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR: DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DE SAÚDE NOS LOCAIS DE TRABALHO

A implantação das Comissões de Saúde dos Trabalhadores da Educação (Cosates) da Serra/ES tem sido um modo de experienciar uma Vigilância em Saúde nesse grupo específico. Esse processo foi iniciado desde a implantação dos primeiros fóruns e prosseguiu com os demais encontros, dentre eles, o processo formativo que foi realizado com os membros constituintes dessas Cosates. Todo esse movimento proporcionou uma série de discussões e análises que colocava em questão a atuação das Cosates e os instrumentos necessários para se produzir, no cotidiano desses trabalhadores, formas de intervenção nos ambientes de trabalho nesse contexto educacional.

Nessa direção é que se faz necessário pensar a vigilância numa perspectiva de luta dos trabalhadores pela sua saúde, ampliando sua autonomia e sua participação em todo esse processo, reafirmando, desse modo, a imprescindível e efetiva participação dos trabalhadores.

**Veja mais sobre esse tema na entrada “Uma Experiência”:**

A experiência Cosate: As pegadas frescas de uma caminhada

## 1 O que é Vigilância em Saúde e como surgiu?

O termo vigilância possui uma série de denominações no campo da saúde. Isso se deve ao seu uso nas diversas áreas. Como exemplo, citamos: vigilância das doenças crônicas não transmissíveis (hipertensão arterial, diabetes, câncer etc.); vigilância das doenças transmissíveis (dengue, aids, tuberculose etc.); vigilância das doenças imunopreveníveis (gripe, sarampo, tétano etc.); vigilância dos agrotóxicos; vigilância sanitária, ambiental, epidemiológica, da saúde do trabalhador, entre outras.

Historicamente o uso do termo Vigilância na saúde surge no cuidado com as coletividades. Hipócrates, considerado o “pai da Medicina”, já mencionava, em suas práticas, pressupostos que compõem as dimensões basilares da vigilância em observar, registrar, coletar, analisar e prever fatores relacionados com o processo saúde-doença.

### Para saber mais...



#### Vigilância

A palavra vigilância vem do latim *vigilare* que para Houaiss, significa estado de quem permanece em alerta, de quem age com precaução para não correr risco, cuidado, prudência. Na área da saúde, o termo está historicamente relacionado com os conceitos de saúde e doença presentes em cada época e lugar. Situa-se nas práticas adotadas para prevenir e tentar impedir a disseminação de doenças e outros agravos à saúde. Também na atualidade, o termo vem se relacionando com os modos de vida da população.

Na Idade Média, a prática da vigilância passou a ter visibilidade em decorrência das ações desenvolvidas no controle da epidemia da peste bubônica. Também nessa época, foram traçados os meios de controle,

isolamento e registro de informações sobre as doenças. Assim, foram lançados os primeiros fragmentos na sistematização e classificação geral das doenças, a estatística médica e a organização de um sistema de saúde.

Nessa lógica de atenção, a Vigilância em Saúde surge no século XVII, no contexto europeu, como polícia sanitária voltada para o controle de doenças contagiosas. Essa concepção vem perdendo força ao longo dos séculos, devido às mudanças no perfil de saúde da população e também a todo o aparato de desenvolvimento científico-tecnológico e social, possibilitando às pessoas viver mais com novas formas de inserção na sociedade. Assim, outros movimentos vêm contribuindo para a constituição de um enfoque de vigilância embasada na ação preventiva, nos modos de vida e trabalho das pessoas, na produção de saúde, e não apenas no risco e na doença.

### **Ação Preventiva**

Visa à redução/atenuação de danos à saúde associada a ações que promovem saúde. Implica a intervenção de vários setores da sociedade, forçando, assim, as práticas intersectoriais em saúde, que serão melhor definidas no conceito a seguir.

### **Para ler mais!**

FREITAS, C. M. A vigilância da saúde para a promoção da saúde. In: CZRESNIA, D.; FREITAS, C. M (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

A Vigilância em Saúde é uma articulação de saberes e práticas sanitárias que vêm se constituindo no Sistema Único de Saúde (SUS). Ela desloca o olhar para o modo de vida das pessoas e não apenas se restringe à doença. Tem como função intervir nos problemas referentes à saúde que requerem atenção, acompanhamento contínuo e intervenção. Operacionaliza o conceito de risco e cargas de trabalho, articulando ação de promoção, prevenção, cura e reabilitação. Tem como direção a intersectorialidade num determinado território e análises das situações encon-

tradas, subsidiando o planejamento das ações de saúde. Do mesmo modo, é importante ressaltar que, no campo da saúde, a vigilância é informação para ação. Portanto, os processos de intervenções constituem-se a todo o momento, trazendo, assim, um modo dinâmico de produzir saúde.

### **Intersetorialidade**

É um dos princípios do SUS. Envolve práticas que se pautam em articulações entre sujeitos/instituições no sentido de construção de um projeto/programas comuns. É lugar de compartilhamento de saber, poder e de construção de políticas desde o planejamento, a realização até a avaliação. É uma construção coletiva desafiadora em políticas públicas.

### **Para saber mais...**

#### **Risco e carga de trabalho**

O conceito de risco na saúde é de relevância especialmente para a epidemiologia, pois é a probabilidade de ocorrência de doença, evento, óbito ou outra condição relacionada com a saúde, incluindo a cura. Possibilita a análise de modelos causa-efeito. A saúde ocupacional apropria-se muito desse conceito quando classifica os riscos ocupacionais como físicos, químicos, biológicos, mecânicos, ergonômicos e psicossociais. O conceito de carga já é um movimento da saúde do trabalhador que insere o processo de trabalho na análise do processo saúde-doença. Mais informações em: LAUREU, A. C. Processo de produção de saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

## **2 A Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat)**

O movimento da Reforma Sanitária, iniciado nos fins dos anos 1970 e que ganhou força na década de 1980, trouxe uma importante contri-

buição para a trajetória da Vigilância em Saúde no Brasil, bem como a concepção de saúde e, em especial, a formulação de uma política pública voltada à saúde do trabalhador.

A discussão sobre saúde e trabalho no Brasil teve influência de vários estudos, debates e publicações pautados na relação entre os riscos, as cargas do ambiente laboral e a necessidade da luta coletiva dos trabalhadores na busca por melhores condições de trabalho, tomando como base o modelo operário italiano.

#### Para saber mais...

##### **Modelo operário italiano**

O Modelo Operário Italiano foi um movimento que influenciou e re-direcionou o debate das relações saúde-trabalho no século XX. Teve como propósito combater a nocividade nos ambientes de trabalho e romper com o paradigma de que a defesa da saúde deveria ficar a cargo de órgãos oficiais. A participação ativa dos trabalhadores, seu conhecimento e sua autonomia possibilitaram a construção dessa não delegação e o direito do controle das condições do ambiente de trabalho (PAIVA, M. J.; VASCONCELLOS, L. C. F. Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. *Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 357-400).

Todos esses efeitos de efervescências conduziram para se pensar em uma proposta de saúde voltada para o coletivo, produzindo significativa interferência na lógica de pensar o cuidado voltado ao trabalhador e ao seu trabalho na dimensão da política pública. Assim, por meio das interfaces dos diversos modos de inserção dessa política em construção no Sistema Único de Saúde (SUS), começa a ser delineado um dos eixos de atuação na saúde do trabalhador, o da vigilância.

### Reforma sanitária

A Reforma Sanitária foi um processo político que mobilizou a sociedade brasileira para as mudanças na organização do sistema de saúde, assim como de seus serviços e práticas, aliada a outras políticas públicas. Um dos efeitos desse processo é o texto constitucional de saúde como direito de todos e dever do Estado. Para saber mais: CAMPOS, G, W. S. (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2012, p. 532.

Com o SUS, um novo desafio é legitimado quando se coloca a incorporação das relações e condições dos ambientes de trabalho e sua organização na implementação das políticas públicas de saúde do trabalhador.

A Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) emergiu como proposta e prática de dimensão pública, no interior dos Programas de Saúde do Trabalhador na década de 1980. É fruto de um conjunto de experiências advindas de instituições internacionais de referência na área de saúde do trabalhador, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e dos modelos operários italiano e latino-americano de saúde, que ressaltavam o protagonismo do trabalhador. Além disso, apropriou-se de instrumentos da vigilância epidemiológica e sanitária, especificamente das práticas de análise da situação da saúde dos trabalhadores e da inspeção e fiscalização do meio ambiente de trabalho

A Visat é conceituada como uma atuação contínua e sistemática ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados com os processos e os ambientes de trabalho, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre esses aspectos no sentido de eliminá-los ou controlá-los.

## Para ler mais!

BOURGUINHON, D. R. et al. A construção do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador: a experiência do Espírito Santo. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (Org.). *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Vitória: Edufes, 2001. p. 363-371.

A Vigilância em Saúde do Trabalhador tem como objeto específico investigar e intervir na relação entre os processos de trabalho e a saúde nos diversos espaços produtivos, sejam eles formais e informais, urbanos e rurais. Também se insere nas práticas de um Estado que se modula pela correlação de forças políticas, históricas e sociais, nas quais os conflitos emergem a todo o tempo.

A Visat tem como objetivos:

- a) conhecer a realidade da população trabalhadora considerando a análise da situação de saúde;
- b) intervir nos fatores determinantes de agravos à saúde dessa população, visando a eliminá-los ou, na sua impossibilidade, atenuá-los e controlá-los;
- c) avaliar o impacto de medidas adotadas para eliminação, controle e atenuação dos fatores determinantes dos riscos e agravos à saúde, para subsidiar as tomadas de decisões;
- d) estabelecer um sistema de informação em saúde do trabalhador que incorpore dados relativos aos processos de trabalho e riscos advindos das atividades laborais, além das informações tradicionalmente existentes.

### As informações tradicionais

As informações de acidentes, doenças e mortes decorrentes do trabalho são informações relevantes, considerando a existência de subnotificação no Brasil. Mas é necessário ampliá-las associadas a outros dados sobre o perfil produtivo dos territórios, processos de trabalho e análise da atividades de trabalhadores.

A vigilância constitui uma prática de uma política de saúde complexa, coletiva, permeada por interesses conflitivos presentes na sociedade e que tem como premissa a autonomia dos trabalhadores na luta pela saúde e vida, e não uma prática neutra, padronizada, pautada em protocolos e técnicas frias descoladas das situações concretas de trabalho.

A participação dos trabalhadores é um componente de suma importância na atividade de vigilância. Desse modo, a Visat torna-se uma prática relevante para que os trabalhadores estejam presentes no acompanhamento e na avaliação de todo o processo e nos modos como o trabalho está organizado, em situação concreta. Também é uma prerrogativa para a operacionalização do controle social no SUS.

A informação em saúde do trabalhador, produzida a partir dos dados de condições de vida, trabalho, saúde, agravos, doenças, acidentes, mortes de trabalhadores, entre outros, configura-se como elemento deflagrador de avaliação de ações, sendo essencial na vigilância. Desse modo, a vigilância pode ser entendida como informação voltada para a intervenção.

O contexto atual da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST) pauta-se no objetivo principal para que as ações de saúde do trabalhador sejam mais integradoras, contemplando a vigilância articulada à assistência, e reforça essa ação atrelada aos cenários de vida da população trabalhadora. Essa política constitui um passo importante para orientar a produção na área e responder a uma aspiração histórica dos profissionais, pesquisadores e movimentos de trabalhadores. Nela constam princípios norteadores, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da

### **Controle social no SUS**

O controle social na saúde é uma prerrogativa da Constituição de 1988 em seu art. 198 e na Lei Orgânica nos 8.080/90 e 8.142/90. Constitui um conjunto de intervenções que as diferentes forças sociais efetuam para influenciar a formulação, a execução e a avaliação das políticas de saúde. É uma ferramenta importante de democracia com a participação de diversos segmentos da sociedade civil, profissionais de saúde e representantes dos gestores. Mais informações, ver: BRASIL. Ministério da Saúde. Para entender o controle social na saúde-CNS, Brasil, 2013.



atenção à saúde do trabalhador. Um dos seus objetivos é o fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS. Desse modo, pensar as ações da Visat é conceber essa atividade integrada, articulada e em rede com o sistema de saúde vigente em todos os seus níveis de complexidade.

### 3 Diretrizes para atuação na Visat

Os pressupostos da Vigilância em Saúde do trabalhador estão ancorados nas seguintes diretrizes:

A Instrução Normativa, Portaria no 3.120/98 do Ministério da Saúde, é um referencial essencial que alicerça e direciona todo o processo de realização da Visat.

- a) **Participação dos trabalhadores:** é um componente importante na atividade de vigilância. Está presente na definição de prioridades pelas demandas e na própria atividade de planejamento e execução das inspeções sanitárias. Constitui-se uma prática relevante para que os trabalhadores estejam presentes no acompanhamento e na avaliação de todo o processo de vigilância. É uma prerrogativa de operacionalização do controle social no SUS.
- b) **Uso das bases epidemiológicas:** considerada uma base importante por subsidiar as características do processo de trabalho e a sua relação com a saúde e a doença. As ferramentas e os métodos da epidemiologia são importantes na observação, na detecção de agravos e no estabelecimento de intervenções nos processos e ambientes de trabalho. A epidemiologia fornece a análise de organização do sistema de informação em saúde, baseada em indicadores de adoecimentos, acidentes e mortes. Também viabiliza análises na operacionalização do sistema de informação dos atendimentos nos serviços de saúde, em especial aos voltados ao trabalhador, e possibilita a articulação com os demais sistemas no contexto da vigilância em saúde.

### Epidemiologia

A epidemiologia é conceituada como ciência que estuda o processo saúde-doença nas coletividades humanas, analisando a distribuição e os fatores determinantes das enfermidades, dos danos e eventos associados à saúde, propondo medidas de prevenção, controle ou erradicação das doenças. Utiliza-se de indicadores de saúde que servem de suporte para a tomada de decisões, planejamento e gestão em consonância com a política de promoção da saúde. Para saber mais, pode-se buscar: CAMPOS, G. W. S. (Org.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Ed. Hucitec, 2012, p. 320.

- c) **A transversalidade e as ações intra e interinstitucionais:** a Vigilância em Saúde do Trabalhador é um processo que articula saberes e práticas de controle sanitário e se insere no campo da Vigilância em Saúde. Suas ações técnico-operacionais são mediadas por instâncias institucionais voltadas às vigilâncias sanitária, epidemiológica e ambiental e por sua relação com as atividades produtivas, produtos e serviços de interesse sanitário e situações de risco ambiental. Portanto, a Visat é transversal às demais vigilâncias e, por isso, demanda constante integração e avanço dessa prática nos serviços de saúde.
- d) **A interdisciplinaridade:** esta premissa constitui-se de modo que os diversos saberes técnicos e do trabalhador, imprescindíveis à prática da Visat, produzam conexão com as diversas disciplinas e os conhecimentos necessários à composição da prática em saúde do trabalhador. Isso representa um grande desafio no trabalho das equipes de saúde do trabalhador. Dentro dessa concepção, encontram-se práticas multiprofissionais que devem ser uma condição essencial e mínima para o exercício dessa atividade coletiva.

- e) **Heterogeneidade das ações:** a prática da Visat demanda uma série de ações advindas de várias concepções de conhecimentos distintos e específicos, aplicação e experimentação de novos métodos de ação, voltados para a intervenção da heterogeneidade de ações que se dão pela natureza múltipla, histórica e em permanente movimento de transformação do processo de trabalho. Todos esses fatores constituem elementos relevantes que confluem para o objetivo de ação de vigilância. Também acrescenta o fato de a Visat ser uma prática de saúde ampla, permeada por interesses múltiplos, por vezes conflitantes. É uma prática do fortalecimento dos trabalhadores pela saúde, portanto, uma luta e uma práxis que não são neutras e nem essencialmente técnicas.

A Vigilância em Saúde do Trabalhador também se caracteriza e se especifica por uma série de denominações de acordo com os modos de intervenção em determinada população, território e fonte causal. Para ilustrar, temos várias experiências apresentadas na Visat, como: vigilância na prevenção de acidentes do trabalho; vigilância em saúde do trabalhador na indústria petroquímica; vigilância em saúde do trabalhador exposto ao amianto; vigilância do trabalho infantil em rede; e, também, podemos dizer de uma vigilância em saúde dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

Esse foco da vigilância voltado para a formulação de ações preventivas e revisão dos processos de organização do trabalho foi experimentado nas duas escolas do projeto-piloto. Muito mais que a identificação de riscos e sobrecargas de trabalho, foram analisadas algumas situações geradoras de saúde e reconhecidos os processos e os espaços de intervenção coletiva na promoção de um trabalho que vislumbre produção de saúde.

As investigações e as análises sobre os processos de trabalho foram efetuadas pelos próprios membros integrantes das Cosates, profissionais da Educação das duas escolas participantes do projeto-piloto. Adotamos uma metodologia de trabalho inspirada na concepção da

Análise Coletiva de Trabalho. Todas as ações foram guiadas para fortalecer a autonomia dos trabalhadores participantes e ampliar suas críticas e percepções em relação aos aspectos promotores da saúde e da vida presentes no ambiente escolar.

O coletivo reunido nas comissões procurou ampliar as questões analisadas a partir de instrumentos específicos, como questionários, caixa de sugestões, encontro de debates e entrevistas realizadas pelos próprios membros das Cosates com os outros profissionais da educação de suas respectivas escolas.

A primeira grande conquista para a vivência das Cosates como processo de Vigilância em Saúde do Trabalhador foi a garantia de que as reuniões do grupo e os encontros fossem realizados durante o horário de trabalho, não acarretando uma ampliação de jornada, nem uma sobrecarga de tarefas.

Outro resultado que diz respeito à segurança resultante do espaço coletivo das Cosates, nos experimentos dos pilotos, foi a liberdade de manifestação de opiniões sem receio de retaliações e a possibilidade efetiva de continuidade na participação do mesmo grupo de membros durante todo o processo desenvolvido. Por isso, a presença de instituições externas à escola, validando o processo, foi fundamental: Sindiupes, Ufes, Ministério Público, Fundacentro, Cerest, por exemplo.

Os princípios da Vigilância em Saúde do Trabalho se fizeram bastante presentes nas comissões do projeto-piloto ainda na formulação do plano de ação, em que cada uma das escolas formulou propostas de intervenção no ambiente e nos processos de trabalho para o fortalecimento da saúde dos trabalhadores. Essas ações foram muito bem analisadas de modo coletivo e estruturadas em curto, médio e longo prazo, com associação a responsabilidades local, municipal e nacional, respectivamente.

A construção do processo de Vigilância em Saúde do Trabalhador na Educação requer acionar todas as redes possíveis, presentes no território, atuando intersetorialmente no sentido de congregar as forças existentes articuladas a outras instâncias necessárias, visando à premissa da promoção da saúde.





# ENTRADA “UMA EXPERIÊNCIA”

Anália Costa Oliveira  
Beatriz Pitanga Barcelos Campinhos  
Bernadeth Martins  
Camille Abreu Cruz  
Carmen Debenetti  
Hervacy Brito  
Iza Maestri  
James de Freitas

Líbia Monteiro  
Livia da Silveira  
Maria Carolina Andrade Freitas  
Maria de Lurdes Gomes Mello  
Maria da Penha Fernandes Araújo  
Mariceli Gottardo Mocelin  
Marlene Souza  
Regina Xavier

## EXPERIÊNCIA-COSATE: AS PEGADAS FRESCAS DE UMA CAMINHADA

O tempo de formação foi de muitas reflexões e muito aprendizado que fizeram nascer o desejo de ações. Não dava para se omitir, fazer de conta que não nos incomodou. E veio a necessidade de contagiar mais pessoas. O tempo de convencimento foi angustiante. Muitas vezes me coloquei na posição de observador e cada vez mais tinha a certeza de que muitas coisas precisavam mudar. E era possível. Planejávamos uma ação, não dava certo; outra, e nada acontecia. Mas a vontade de fazer algo, disseminar as ideias, vencer o fracasso persistia. Buscávamos apoio para nos fortalecer, valíamos do ensinamento do trabalho de formiguinhas e seguíamos em frente. Com o tempo, as ações começaram a acontecer. Tivemos momentos fantásticos, surpreendentes, que nos sensibilizaram, quebraram barreiras, e tudo fluiu. Quantos depoimentos foram dados! Quantos sofrimentos externalizados! E as relações interpessoais explodiram! E, que alívio, isso fortaleceu a todos! E o contágio se fez presente. Em meio ao corre-corre dos afazeres do dia a dia

de nossa vida, surge uma esperança de mudanças. Por pequenas que sejam, podem surtir grandes efeitos (PROFESSORA da EMEF).

Esta experiência, a qual denominamos Cosate, delimita aqui, em última instância, um fazer composto da própria experimentação de uma aposta-pesquisa. Uma pesquisa com os trabalhadores da educação sobre a produção de saúde é de onde se constitui o plano para um certo “acontecimentalizar”. Segundo define Foucault (2010), acontecimentalizar é romper com as naturalizações, com as evidências nas quais se apoiam nossos saberes e nossas práticas. Contudo, um fazer assim, que precisa nascer de sua própria feitura, não pode ser dado antes de o fato, ele mesmo, ser produzido em processo.

### Para ler mais!

FOUCAULT, M. Estratégia, poder-saber: ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. v.4.

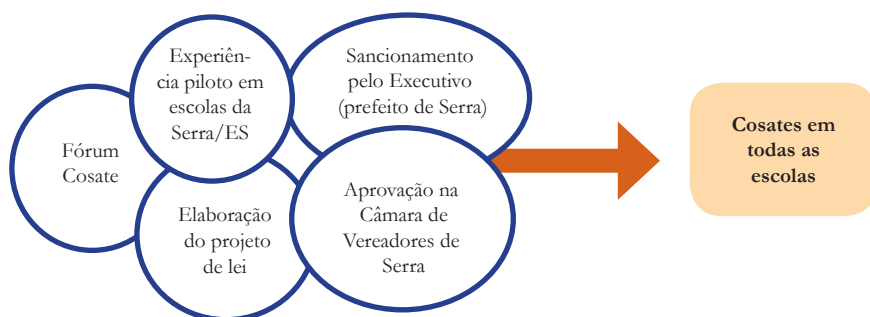
Relatar a experiência é sempre um desafio e, em muitas mãos, o desafio só aumenta. Isso porque relatar implica pensar junto sobre o que se passa. Não é uma simples costura, passar um fio pelo outro. Relatar junto é produzir sentido coletivamente, ziguezagueando, indo e voltando sem qualquer pretensão de obedecer a uma cronologia. Nessa escrita ondeante, o desafio é contar um pouco da experiência no piloto de constituição de Comissões de Saúde do Trabalhador de Educação (Cosates) em escolas do município de Serra/ES, destacando que esses movimentos produzem saúde no trabalho. Acreditamos que esse caminho afirma a inseparabilidade entre gestão, trabalho, saúde e educação.

Pretendemos construir uma narrativa que facilite a produção de questões e problematizações, as quais acreditamos concorrer para a criação de práticas e articulações na perspectiva da discussão estabelecida neste caderno.



## 1 A experiência fórum

Pois bem, tudo nasceu e se sustenta ainda por inúmeros movimentos que irrompem dos mais imprevisíveis encontros, agenciando pessoas, instituições, trabalhadores da educação e da saúde e órgãos públicos, que se reúnem, insistem em fórum. Esse fórum não almejou seguir nenhum modelo já posto para o encontro e o debate das pessoas, mas constituiu-se como espaço livre de diálogo sobre a questão da saúde do trabalhador na educação. Objetivou a construção de um projeto de lei que instituiu as Cosates de maneira semelhante às Cipas e deliberou sobre as ações necessárias à implementação do seu objetivo de modo coletivo e corresponsável. Para tanto, a ênfase dos encontros pautou-se no envolvimento de todos e um a um. As ações, os desafios, as estratégias eram pensadas, conversadas, delineadas e executadas sempre a muitas mãos.



**Figura 1** Histórico da produção das COSATES.

O propósito daqueles que ali se reuniam era afirmar as possibilidades de criação de espaços nos quais os profissionais da educação, de maneira semelhante ao que ocorre na saúde, pudessem discutir, dialogar e conversar acerca do cotidiano da escola, do trabalho, da gestão, da saúde, enfim. Isso se estendeu durante algum tempo em muitas composições até a elaboração do projeto de lei que implementa as Cosates na edu-

cação. Os diversos encontros do fórum Cosate permitiram catalisar esforços conjuntos, dos diversos atores envolvidos durante o processo de construção do texto do projeto de lei e desdobrar ações e negociações micropolíticas na perspectiva de fomentar canais de comunicação sobre os problemas enfrentados no município. Sim. Mas isso não foi fácil. Típico de qualquer movimento, há momentos quentes e momentos de esvaziamento, em que todos nós somos chamados a deslocamentos e à produção de novos exercícios de estar juntos!

## 2 A experiência Cosates nas escolas

A participação na Cosate despertou nesta equipe uma preocupação com aquilo que antes estava oculto no nosso cotidiano. Despertou em nós a consciência de coletividade e de como nossas ações podem afetar nossas emoções e nossa saúde. Despertou também nosso olhar para além dos aspectos físicos e estruturais do nosso local de trabalho. A experiência da Cosate criou o verdadeiro “movimento” dentro de nossa escola em torno das questões relacionadas à saúde do trabalhador da educação (DIRETORA do CMEI).

Neste ínterim, antes de levar o projeto à sua aprovação, organizamos uma experiência-piloto para verificar na prática iniciativas de Cosates em duas escolas da rede municipal de Serra/ES: uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). O objetivo dessa experimentação foi vislumbrar se a constituição das Cosates era viável nos espaços escolares e se conseguiriam mobilizar a sustentação das discussões entre os trabalhadores, para que não nascesse mais uma lei esvaziada da participação de seus atores, como assistimos tantas vezes.

Como efeito desse movimento, a Secretaria Municipal de Educação do município de Serra/ES autorizou a carga horária de quatro horas

semanais dos professores das escolas eleitas para o projeto-piloto, fornecendo profissionais substitutos nos momentos em que os membros da comissão estivessem no trabalho da Cosate. Foram muitas negociações e pactuações para que isso fosse possível. Não se fura o engessado sem muita força coletiva! Fizemos debates, acionamos trabalhadores, instituições parceiras, elaboramos documentos, solicitamos reuniões com o Poder Público, conversamos muito e diversas vezes para que tal empreendimento se construísse.

Mas relatar dessa maneira pode dar uma ideia de linearidade, de fluidez e facilidade, como se tudo já estivesse certo e dado, como se todos os atores já tivessem decorado suas falas e soubessem o momento exato de adentrar o palco. Entre o encontro em que se decide pela experiência de um projeto-piloto no fórum e a liberação das horas das professoras que seriam membro das Cosates nas escolas pela Secretaria da Educação (Sedu), muito encontro, desencontro e tensionamento. Escolher as escolas que receberiam o projeto foi tarefa árdua, combinada e acordada com os participantes e as escolas que responderam ao convite comparecendo à reunião. Vários encontros depois e em uma conversa na qual as próprias diretoras e representantes de escola foram acordando quais unidades receberiam o projeto-piloto, chegamos a duas: EMEF Manoel Carlos de Miranda e CMEI Olindina de Leão Nunes.

Estávamos tão ansiosos com a escolha das escolas e ficamos muito felizes quando nove delas retornaram para se candidatar. A conversa para escolha da EMEF foi rápida, mas não fácil. Já a escolha da CMEI foi difícil. Todas queriam muito, então todos propuseram sorteio. E qual não foi nossa surpresa quando a diretora da CMEI escolhida pediu um tempo para voltar na escola, conversar com as professoras e dar sua resposta definitiva. Mas eles não queriam? Não era por isso que todos estavam ali? (INTEGRANTE do Pfist)

Somente muito depois, já com a experiência Cosate acontecendo nas escolas, e nos acompanhamentos das ações de formação e trabalho, pudemos, então, entender o adiamento da diretora do CMEI, naquele momento quente da eleição de retornar à escola e conversar com sua equipe: era uma forma de cuidar democraticamente da pactuação quanto à experiência Cosate e das ações da escola em seu funcionamento. O que não entendemos em certos momentos serve para mostrar que alguns processos só podem produzir sentido a posteriori. (INTEGRANTE do Pfist).

Uma irrupção de um pensar nascente, de ações provocadoras, pode agenciar novos processos em direções diversas daquelas que se reconheciam como as formas mais visíveis e estáveis.

De modo concreto, é como se cada ação disparasse imprevisíveis, por exemplo, vemos acontecer nas diversas negociações por quais passaram os caminhos da Cosate.

Com a liberação da Secretaria de Educação e do Poder Público municipal, o primeiro grande desafio foi realizar a formação inicial dos membros dessas comissões. Queríamos promover um momento de abertura para conversar e empreender coletivamente – numa aposta inventiva e de todos – a construção de um corpo Cosate.

O cotidiano do professor é sobrecarregado de afazeres. Planeja, executa, avalia, medeia, dialoga, estuda, pensa, repensa, cria e apaga incêndios! Às vezes precisamos de ajuda para olhar o nosso trabalho, para olhar para nós! E precisamos sair da ilha! Ir para longe para nos ver de perto. Mas nos falta o tempo para esse exercício... Apesar de tudo isso, todos os desafios, a participação “indireta” na Cosate surgiu nesse “entremeio”. Quando nossos colegas foram convidados a sair da ilha, pensar sobre o trabalho

docente, o horizonte de toda uma escola se abriu, expandiu. Por meio da experiência do outro, construímos e constituímos a nossa própria experiência. Desse modo, começamos a refletir sobre nossas práticas e como nossas ações no trabalho repercutem em nossa saúde (PROFESSORA do CMEI).

A formação Cosate não perseguiu um modo de cumprimento normativo de funções e tarefas, mas, antes, um funcionamento que permitisse formas de experimentações ampliadas e diferenciadoras, pautadas muitas vezes num exercício sensível de escuta e atenção àquilo que as inúmeras urgências e pressões do cotidiano escamoteiam ou invisibilizam.

Os efeitos de criação de grupalidade e da afirmação da comissão nos espaços de seu exercício com os demais atores e pares nas instituições escolares se processaram por meio do diálogo e do compartilhamento das experiências. Por isso a proposta formativa se pautou num trabalho de conversação.

As reuniões ocorreram de setembro a novembro, totalizando 11 encontros, seis presenciais no auditório da Fundacentro e cinco de dispersão nas escolas, na perspectiva da Pedagogia da Alternância, que consiste em uma metodologia de organização do ensino que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo do tempo e espaços distintos.

Os encontros presenciais foram realizados com trocas de experiências de trabalho, criando oportunidade de diálogo entre as diferentes realidades da educação básica: infantil e fundamental. Abordou conteúdos conceituais e análise de produção.

Os encontros de dispersão foram realizados dentro das próprias escolas a fim de relacionar as informações discutidas nos encontros presenciais com os demais trabalhadores da instituição.

Entre um e outro encontro, as pessoas puderam pensar sobre saúde. Trabalhamos na construção de um conhecimento coletivo, pautado nas trocas de experiências. O interessante nesse modo de funcionamento foi a diversidade de pessoas envolvidas: pesquisadores, trabalhadores da saúde e da educação, sindicalistas. Isso colaborou para o processo ganhar um caráter de conversação em rede, que deu oportunidade para se pensar saídas para contornar certos problemas que apareceram.

Num dos encontros de dispersão, na escola de ensino fundamental, ao chegarmos para a reunião da Cosate, nos deparamos com uma inusitada situação: um dos bebedouros estava interditado, em função do aparecimento de larvas nos compartimentos do maquinário. Não se sabia se a água estaria contaminada ou não. Naquela ocasião trabalharíamos como tarefa do dia, a partir do levantamento dos riscos feitos em momento anterior, a montagem de um plano de ação para a continuidade da experimentação Cosate para o ano seguinte. Fazia parte da proposta do dia tentar delimitar cada item listado como risco em uma tabela programada para facilitar a visualização das ações, porém, a equipe da Cosate não contava com mais tempo de reunião e seus membros avaliaram que também não haveria tempo suficiente durante a semana para se dedicarem a esta atividade, pois, com o fechamento do ano, eram inúmeras as tarefas que tinham que cumprir antes da entrega final das pautas. Então, tomou-se a situação do bebedouro como exemplo para o exercício de montagem da tabela: como nenhuma ação havia sido implementada até aquele momento para a elucidação da questão sobre a água, a Cosate empreendeu sobre tal acontecimento um planejamento de ação emergencial a curtíssimo prazo, tratando de resolver aquele problema, que afetava tanto alunos como trabalhadores (PESQUISADOR do Pfist).

Pensar a formação, portanto, passou por assumi-la como um *ethos*, num coengendramento entre os atores envolvidos e os saberes produzidos. Formar é construir formas outras de trabalho em educação.

### **Veja mais sobre esse tema na entrada “Formação”**

Como fazer da formação uma experimentação de saúde?

Um trabalho de conversação não é fácil. Exige exercícios democráticos permanentes, além da produção de mobilização e protagonismo. O que pôde ser observado na formação dessas Cosates foi um incessante movimento de escuta ativa dos problemas vivenciados e desafios, compartilhando todo tipo de experiência e de tentativas de lidar com elas: “Na nossa vida, contaminada pelo pragmatismo, acabamos por aceitar situações que afetam, direta ou indiretamente, a nossa saúde. É mais cômodo ‘normalizar’ essas situações ao invés de mudarmos... Mas será que vale a pena?” (PROFESSORA da EMEF)

## **3 Saúde e doença no trabalho: os reversos de uma mesma moeda**

A experiência-piloto com as Cosates demonstrou o bombardeamento de situações que desmobilizam as pessoas e tornam a realidade escolar e de trabalho, muitas vezes, insuportável e solitária. Muitos foram os casos relatados e as queixas sobre a impotência diante das situações, profissionais adoecidos na relação educação-saúde-trabalho:

Coloquei um grafite na mão e percebi que ele não dizia o que eu queria dizer. Usei lápis de cor e vi que o mundo não era tão colorido assim. Pensei na borracha para apagar tudo, mas as marcas já estavam cravadas. E o que dizer do papel. Ah! É muito limitado para desenhar mi-

nha história. Boa ou ruim, alegre ou triste, é a minha história. E a minha sala de aula, e os anos na educação, tudo me faz alegre e triste ao mesmo tempo. Ganhei saúde e doença durante todo esse tempo, mas aprendi a não ser indiferente (PROFESSORA do CMEI).

A conversação em roda e a escuta sensível possibilitaram trabalhar de maneira diferente daquela a que estamos automaticamente ligados. É muito precioso olhar e ouvir um colega com o qual nem se podia estar, em função da correria. A Cosate é também poder respirar, “tomar cafezinho”, descobrir que as pessoas não se falam porque não se conhecem, porque não podem parar para ouvir umas às outras.

A formação acaba sendo permanente: ela se dá tanto na conversa de corredor quanto na reunião pedagógica e nos espaços informais. Faz parte da própria vida e dos encontros e desencontros que ela comporta.

Nos primeiros encontros, foi inevitável nos confiarmos aos processos de adoecimento que atestávamos, sendo pertinente trocar muitas palavras e ideias sobre as condições de vida e de trabalho. Ainda comparecia nos debates a ideia de saúde como ausência de adoecimento, e isso colocou em análise nossos conceitos de saúde/doença de vida e de trabalho. A convicção corrente que pudemos colocar em xeque foi a ideia de que só se realiza o trabalho combatendo com medidas emergenciais todos os problemas do dia. Desconstruir esse imperativo trefista foi um dos principais exercícios da Cosate e das redes de conversação experimentadas. Somente olhando por outros ângulos seria possível alargar os níveis de análise dos impasses cotidianos.

Essa aposta recria trilhas para tentar diferentes rumos e reconstruções a partir de forças coletivas de enfrentamento. Isso pode permitir que o incômodo passe por ressignificações e produza deslocamentos das ações enraizadas a outras possibilidades.

Como isso foi produzido? Não há receitas para o imprevisível que surge com os encontros de pessoas. Algumas pistas, contudo, são possíveis de serem apontadas: escutar os rumores não como algo sem im-



portância, ou como algo cuja banalidade retirou todas as chances de fazê-lo ressoar de outras maneiras. Diante do cotidiano e de seus nós, também se colocam atalhos. Há força rompendo o dia. É preciso apostar nas palavras, que, mesmo sendo impossíveis de serem plenas, podem convocar solidariedade e catalisar forças de transformações coletivas.

Na escola a gente tinha que dar a nossa opinião e, ao mesmo tempo, ver de fora. Analisar os pontos primordiais. Então isso foi muito importante, porque a nossa necessidade, enquanto CMEI, que foi nossa realidade enquanto educação infantil, era uma... Então a gente tinha o quê? Centrar em tudo que estava ali. E aí a gente traçou as ações que a gente considera que foram conquistadas, mas as ações estão acontecendo. E as que aconteceram de fato foram [...] as formações internas, com conteúdo de interesse por profissionais da Perícia Médica [...], a gente fez essa parceria, onde foram colocadas várias dúvidas, questionamentos... Isso foi muito legal [...]. O posto de saúde, também, a gente conseguiu uma parceria bacana [...]. E a questão da fonoaudióloga também. Como a gente tinha vários casos lá no CMEI com a questão do uso da voz, e até câncer, a gente chamou a pessoa pra nos orientar, pra estar fazendo parte de todo o processo lá do CMEI. [...] E aí, outras que são necessidades, são carências no município da Serra, na educação infantil, a questão do lanche, do descanso, que a gente via uma sobrecarga dos profissionais, de trabalhar direto e não ter aquele período pra: Ah!, eu preciso tomar um café. E as crianças pequenas exigem uma atenção maior, a gente não pode ficar largando sala... Então a gente colocou a questão de institucionalizar o intervalo de lanche e descanso para os profissionais. E aí isso é uma meta que ainda... A gente traçou e é a longo prazo, porque as metas vão de curto, médio e longo prazo. Então, o que a gente consegue fazer, a gente vai adiantando. O que não

dá, a gente depende de parceiros ou de uma burocracia maior, não depende só da gente. Terceiro ponto: articulações políticas a fim de reivindicar a ampliação do tempo do planejamento. A questão que todo mundo sabe que a gente precisa de um tempo mais... A questão da garantia da lei mesmo, né? Isso é muito importante, então, a gente luta muito por isso. E promover ações educativas visando informar e sensibilizar os servidores sobre os aspectos ergonômicos e ergológicos ligados às atividades de trabalho. E é isso. Isso são algumas das metas [...]. E a gente está correndo atrás, buscando... Mas algumas dependem da gente, outras dependem um pouco mais da lei, que a lei nos garanta (PROFESSORA do CMEI).

Os relatos dos adoecimentos dos trabalhadores da educação demonstraram como cada um deles enfrenta sozinho os problemas co-produzidos por todos e como isso efetua culpabilizações e impotências.

Desse modo, os profissionais saíam do lugar da detecção de problemas “Isso não tem jeito”, “Vai ser sempre assim” para a análise coletiva dos processos de trabalho: “Existe um risco chamado isolamento”, “É importante ampliar as capacidades de dialogar”, “É uma oportunidade de descobrir o trabalho do outro”, “A ideia das comissões não é gerar mais trabalho, mas prestar atenção no trabalho que já se faz».

Portanto, queremos discutir e debater situações-problema não para achar resoluções para elas, mas para permitir a recolocação das questões, produzir problematizações e agitar maneiras de transbordamento.

Um caminho não se completa. Marx chega a falar que, para mudar o *modus operandi* da máquina capitalista, apenas o operário, e só ele, tem que agir. Isso porque é ele que está no coração do movimento, e só quem entende o pulsar da opressão consegue subvertê-la. Talvez seja um alento. Talvez só teoria mesmo (PROFESSORA do CMEI).

O discurso, assim, pode ganhar outros sentidos, outras práticas, pois avança no intuito de que é possível renormatizar, reelaborar, encontrar novos modos de trabalho, fortalecer encontros e ações potencializadoras. Afirmar a mudança de paradigmas: no modo como se organizam os processos de trabalho, questionar os modos como gestamos as ações do cotidiano, analisar os sistemas em que as coengendramos, discutir ações para a articulação de práticas acontecimentalizadoras.

Essas ações e estratégias somente foram possíveis via análises, inflexões, discussões, observação de si e do outro no e pelo trabalho. Grupalidade tecida dia a dia, fio a fio, por meio de diálogo/conversação e problematizações sobre as condições laborais. A responsabilização pelo que se faz e como se faz é também produzida, não está dada ou estabelecida por legislação, organização ou prescrição de qualquer espécie.

O adoecimento, por exemplo, não é culpa de um indivíduo, nem diz respeito à sua competência para lidar com as adversidades. É um efeito das nossas práticas, do modo como nos relacionamos no e com o ambiente de trabalho. À medida que paramos de culpabilizar individualmente as pessoas, pelos problemas que enfrentam, é possível nos responsabilizarmos e entendermos que cada um e todos são corresponsáveis pela gestão do cotidiano.

Os envolvidos na experiência Cosate se dispuseram a uma luta comum. Afirmaram que o homem está sempre transformando, e o trabalho é um dos modos de sua transformação. Endossaram a importância de conquistar espaços e tempo para fazer/pensar/discutir saúde/vida/potência/doença no trabalho.

Nessa perspectiva, os encontros foram se diferenciando e a questão deixou de ser somente contar e debater os problemas enfrentados para introduzir perguntas sobre o que se podia fazer para mudar. Processo de expansão e de intensas e abrangentes trocas, que contagiava toda a equipe de formação. Os “candidatos eleitos” funcionaram como grupo operativo que cresce, ganha força, se modela, se forma, deforma, discute, insiste, persiste na luta pela construção de comum e busca novos modos de fazer escola.

Segue-se outra indicação: a Cosate é também uma fé na capacidade que temos de mudar o jeito de ver e fazer as coisas; de prestar um pouco mais de atenção às nossas práticas cotidianas para podermos agir na direção de sua transformação. E isso se faz conversando com as pessoas com as quais lidamos em nosso dia a dia e procurando, juntos, encontrar maneiras de enfrentar as adversidades. Nada é absolutamente previsível e, se não contarmos com uma rede de apoio forte e articulada, nos fragilizamos e as situações se tornam insustentáveis.

Dialogar sobre saúde do trabalhador enquanto estamos trabalhando, à primeira vista, parece impossível, ou pelo menos difícil, em face à realidade na qual vivemos. Todos temos conhecimento das precárias condições de trabalho em que, especialmente, os trabalhadores da educação se encontram. Entendemos as altas taxas de licença médica como um recurso desesperado à manutenção da saúde fragilizada pelos processos de trabalho docente, tal como estão configurados, mas conhecer essa realidade, por si só, não ajuda na transformação dos quadros identificados. É preciso ir além. Produzir conhecimentos e, por que não, o próprio mundo? Ou promover mudanças no modo como vivenciamos o trabalho e as relações que se estabelecem nele, com ele?

É importante dizer que as escolhas feitas não são neutras, pois consideramos um conjunto de circunstâncias locais que potencializaram a governabilidade das nossas ações. Em outras palavras: as negociações, os impasses, as táticas, os giros, tudo isso faz parte de um intenso processo de construção e reconstrução de todos na implementação dessa experiência, o que demanda decisões e diversas articulações entre diferentes órgãos e atores sociais.

De maneira temática, no âmbito da experiência-piloto, as questões trabalhadas iam se desdobrando: produzimos mapeamentos dos agentes de adoecimento usando diversos recursos que estavam ao alcance dos trabalhadores envolvidos na realidade das escolas-piloto. Nossos empreendimentos apostaram em:

- a) reuniões com a escola; conversa em pequenos grupos; aproveitamento dos momentos de reunião institucionali-

zada para abertura de alguns minutos da pauta corrida do dia para uma troca de ideias sobre algum assunto da Cosate;

- b) distribuição de recortes textuais aos demais trabalhadores das escolas sobre os temas e os materiais estudados pela Cosate;
- c) inclusão das discussões da Cosate na pauta de formação dos trabalhadores das escolas e em seus regimes de progressão;
- d) análises gráficas dos dados recolhidos das entrevistas e dos questionários aplicados; identificação e levantamento das redes locais de apoio que podem servir de suporte ao trabalho da escola;
- e) confecção de planos de trabalho, com ações e objetivos, para melhor delimitação das atividades da Cosate;
- f) discussão com outras escolas da rede municipal interessadas nas discussões sobre saúde no trabalho no campo da educação;
- g) organização de seminários internos ou com a rede e participação em outros espaços de encontro e diálogo que surtem como dispositivos importantes de conexão a partir da conversação sobre saúde no trabalho;
- h) diálogo e articulação entre o CMEI e a EMEF;
- i) avaliação interna das possibilidades de mudanças materiais e físicas ou na distribuição do trabalho e nos modos de sua execução com transformação concreta, seja por pequenas reformas possíveis no espaço escolar, com os recursos existentes, seja por negociações nas maneiras de estabelecer novos arranjos locais para situações específicas. Tais fatos mostram que modificações efetivas são possíveis por menores que sejam e produzem muitas diferenças para os trabalhadores. Por exemplo, em uma das escolas, houve a construção de uma pequena cozinha que favoreceu os

trabalhadores e a garantia de horário de lanche e descanso para os profissionais, ampliação do quadro de profissionais, visando à diminuição da sobrecarga de trabalho, organização de contatos mais estreitos com a Divisão Municipal de Saúde do Trabalhador e envolvimento dos trabalhadores com a Cosate. Em outra escola, a participação de membros da Cosate em reuniões com a rede foi assegurada com o suporte de outros trabalhadores na cobertura das ações, por arranjos pensados com autonomia por eles mesmos, por exemplo. Pequenas ações, diversos efeitos.

Essas foram algumas entre outras tantas estratégias miúdas e intensivas que se produziram com as conversas que experimentamos fazer. Contudo, não foi o meio instrumental o mais importante, mas sim o esforço em ampliar as redes de comunicação por meio do diálogo e do que se podia realizar, as maneiras de tornar os canais possíveis, com os recursos disponíveis.

A essência deveria ser o nosso caminhar. A essência atende pelo nome CRIANÇA... Conquistas levam tempo, determinação, criação. Cada dia ou mesmo cada problema vivenciado deve ser visto como uma grande conquista, um grande aprendizado. (Professora do CMEI)

Os maiores ganhos são por vezes os mais miúdos! Por exemplo, parceria que se estabeleceu na elaboração de um instrumento/canal de comunicação com um colega do trabalho; ou um acontecimento na escola que pauta a articulação de todos em torno da Cosate e que deflagrou participações improváveis, como bilhetes dizendo “Isso é trabalho para a Cosate”, que surgem em situações em que a precariedade das condições de trabalho se faz notar. Essas são questões importantes, uma vez que a análise dos processos de trabalho não se fundamenta em uma função exclusiva de especialistas ou de membros de uma co-

missão criada para esse fim. Todos são convocados a tomar parte nisso, afinal de contas, quem pode dizer melhor do trabalho senão aqueles que o executam?

Mobilização não acontece naturalmente. É produção. Na maioria das vezes, ao sentir que as coisas não andam bem, ficamos sós. Essa é a importância de estabelecermos canais de comunicação e ampliarmos a rede de apoio, inclusive e, sobretudo, para além dos limites correntes das nossas práticas.

### **Veja mais sobre esse tema na entrada “Redes”**

Fazer conexão, comunicação: o trabalho e a escola em rede.

Sempre podemos contar com alguém mais, além de nós mesmos: um amigo, uma unidade de saúde, uma empresa local, um grupo de trabalho, um vizinho, alunos, família, entre tantos outros. É trabalho de formiguinha mesmo; pequeno, mas constante. Isso não acontece por acaso e nem de uma hora para outra; as coisas vão se espalhando com o vento; uma pessoa, uma escola contagia a outra. Se se tem sempre movimentos acontecendo, a questão então é: como alargar esses movimentos? E o que persiste: como e por quais vias, criativa e coletivamente, se produzem desvios e bifurcações nos cursos nunca retilíneos da educação?

# SOBRE OS AUTORES

---

- **Alexandre Custódio Pinto:** mestre em Ciências; tecnologista da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Ministério do Trabalho.
- **Alini Gusmão do Rasário:** graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
- **Anália Costa Oliveira:** professora do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Olindina Leão Nunes.
- **Beatriz Pitanga Barcelos Campinhos:** professora do CMEI Olindina Leão Nunes.
- **Camille Abreu Cruz:** psicóloga clínica; psicopedagoga no Espaço Terapêutico Plenitude.
- **Carmen Ines Debenetti:** psicóloga; pós-doutoranda em Educação pela Ufes; bolsista da Fapes/Capes.
- **Clever Manolo Coimbra de Oliveira:** psicólogo; doutor em Educação pela Ufes.
- **Cristiana Mara Bonaldi:** professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF); professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Ufes.
- **Cristiane Bremenkamp Cruz:** psicóloga; doutoranda em Educação pela Ufes; bolsista da Capes.
- **Danuza Oliveira Fonseca:** professora; mestre em Educação pela Ufes.
- **Ellen Horato do Carmo Pimentel:** psicóloga da Ufes; mestre em Psicologia Institucional.



- **Fabricio de Oliveira Santos:** graduado em Psicologia pela Ufes.
- **Hevarcy Brito:** comunicóloga; doutoranda em educação pela Ufes; bolsista da Capes; pesquisadora do Pfist.
- **Iza Maestri:** professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Manoel Carlos de Miranda.
- **Jadhh Yasmin Malta Cardoso:** psicóloga; mestranda em Psicologia Institucional pela Ufes.
- **James de Freitas:** professora do CMEI Olindina Leão Nunes.
- **Janaína Madeira Brito:** psicóloga; doutora em Educação pela Ufes.
- **Janaina Mariano César:** professora do Departamento de Psicologia do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Ufes.
- **Jésio Zamboni:** pós-doutorando em Psicologia Institucional pela Ufes; professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da mesma universidade.
- **Jomar Zahn:** psicóloga; pesquisadora do Pfist.
- **José Agostinho Correia Junior:** psicólogo; professor efetivo de Biologia da rede estadual do Estado do Espírito Santo; mestrando em Educação pela Ufes.
- **Líbia Monteiro:** psicóloga; mestre em Psicologia Institucional pela Ufes.
- **Liliane Graça Santana:** mestre em Saúde Coletiva; enfermeira do Trabalho do Governo do Estado do Espírito Santo.
- **Lívia da Silveira:** professora do CMEI Olindina Leão Nunes.
- **Luzimar dos Santos Luciano:** doutora em Educação; chefe do Departamento de Enfermagem da Ufes.

- **Magda Ribeiro de Castro:** professora do Departamento de Enfermagem da Ufes; doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- **Maria Angela Pizzani Cruz:** chefe do Centro Estadual do Espírito Santo da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Ministério do Trabalho.
- **Maria Bernadeth Vieira Martins:** psicóloga; pesquisadora do Pfiest.
- **Maria Carolina de Andrade Freitas:** psicóloga; professora da Universidade de Vila Velha (UVV); doutoranda em Educação pela Ufes.
- **Maria da Penha Fernandes Araújo:** diretora do CMEI Olindina Leão Nunes.
- **Maria de Lourdes Gomes Mello:** professora CMEI Olindina Leão Nunes.
- **Maria Elizabeth Barros de Barros:** professora do Departamento de Psicologia e dos Programas de Pós-graduação em Educação e em Psicologia Institucional da Ufes.
- **Maricelli Gottard Mocelin:** graduada em Psicologia pela Ufes; técnica em Segurança do Trabalho.
- **Marlene Souza:** professora da EMEF Manoel Carlos de Miranda.
- **Regina Xavier:** professora da EMEF Manoel Carlos de Miranda.
- **Suzana Maria Gotardo:** psicóloga do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – *Campus* Santa Teresa; doutoranda em Educação pela Ufes; bolsista da Capes.
- **Ueberson Ribeiro Almeida:** professor do Departamento de Ginástica do Centro de Educação Física da Ufes; professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional dessa universidade.

---

**Sobre o livro**

Trajan Pro 24/14 (título e intertítulo)

Candara 14 (subtítulo)

Garamond 12 /11 (textos)

formato 16x23 cm

---

**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO**



**FUNDACENTRO**  
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO  
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

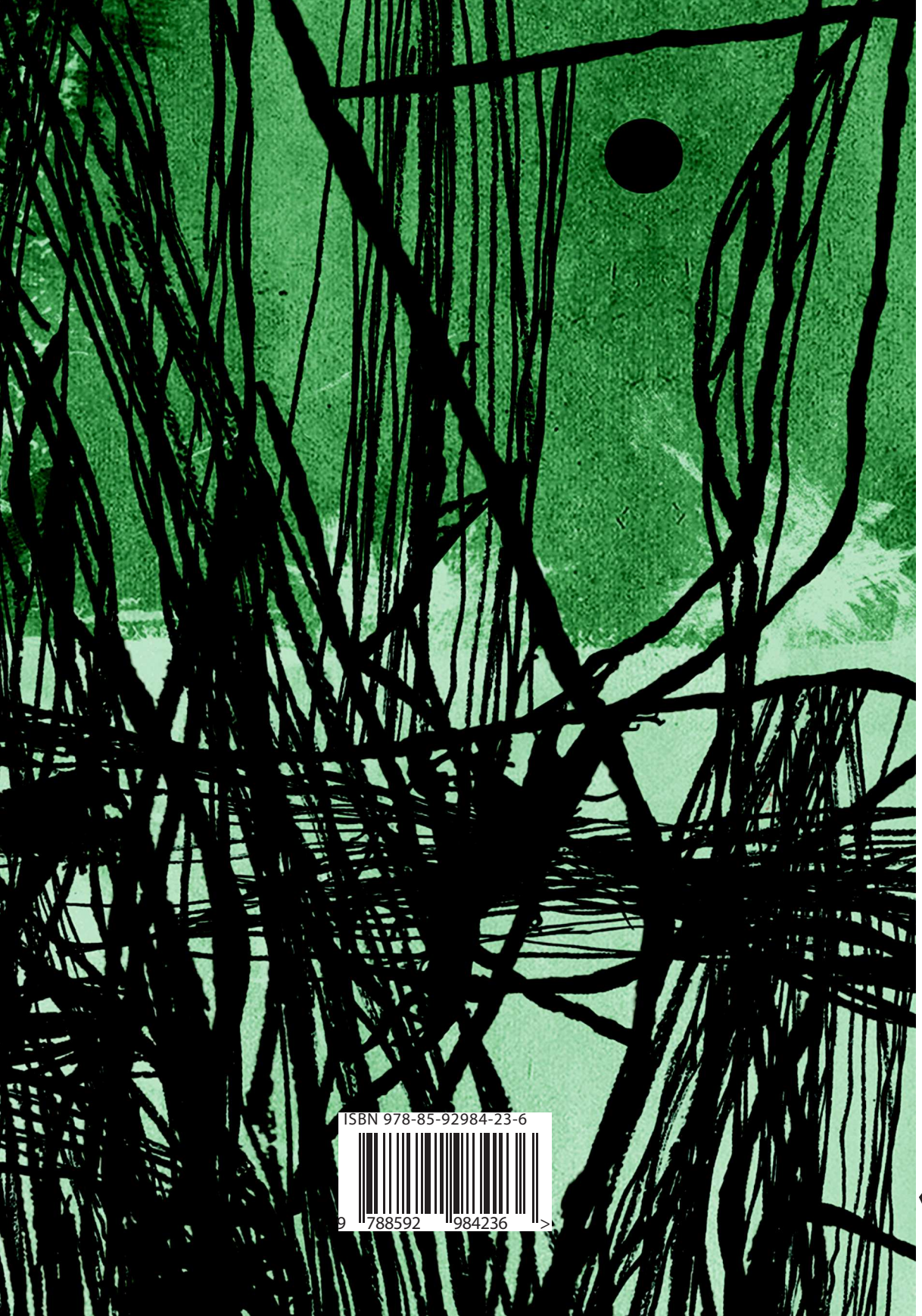
Rua Capote Valente, 710

São Paulo - SP

05409-002

tel.: 3066.6000

[www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)



ISBN 978-85-92984-23-6



9

788592

984236

>